FACULDADE DE MEDICINA
• UFMG •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE MEDICINA

Projeto Pedagógico do Curso de Medicina

Documento aprovado em reunião da Câmara de Graduação em 30/11/2023, nos termos do Parecer CG 2023-406, e com ajuste curricular aprovado pela Câmara de Graduação em 30/04/2024, nos termos do Informativo CG 02/2024.

2024.05.27
14:57:05 -03'00'

Prof. Bruno Otávio Soares Teixeira
Pró-Reitor de Graduação da UFMG
Portaria UFMG 2.367, de 6 de abril de 2022

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Sandra Regina Goulart Almeida

Reitora

Alessandro Fernandes Moreira

Vice-Reitor

Bruno Otávio Soares Teixeira

Pró-Reitor de Graduação

Maria José Batista Pinto Flores

Pró-Reitora Adjunta de Graduação

FACULDADE DE MEDICINA

Diretoria da Faculdade de Medicina

Profa. Alamanda Kfoury Pereira

Profa. Cristina Gonçalves Alvim

Coordenação do Colegiado do Curso

Gestão 2020-2022

Profa. Eura Martins Lage

Profa. Rosa Weiss Telles

Gestão 2023-2025

Prof. Ubiratan Brum de Castro

Profa. Juliana Silva Barra

Núcleo Docente Estruturante

Profa. Cristina Gonçalves Alvim (presidente)

Prof. André Luiz dos Santos Cabral

Profa. Eleonora Druve Tavares Fagundes

Profa. Eliane Costa Dias Macedo Gontijo

Profa. Eura Martins Lage

Profa. Janaina Matos Moreira

Profa. Lígia Araújo Naves Kushmerick

Prof. Marco Antônio Gonçalves Rodrigues

Profa. Melissa Orlandin Premaor

Profa. Patrícia Gonçalves Teixeira

Profa. Rosa Weiss Telles

"O mais importante e bonito do mundo é isso: que as pessoas não estão sempre iguais,

mas que elas vão sempre mudando". (Guimarães Rosa)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de Atividades com Carga Horária a Distância
Quadro 2 - Distribuição da Carga Horária do Curso
Quadro 3 – Atividades Acadêmicas Complementares
Quadro 4 - Conjunto de atividades acadêmicas curriculares (AAC) obrigatórias que compõem o ciclo dos estágios (9º ao 12º período).
Quadro 5 - Conjunto de atividades que integralizam a Formação em Extensão do Curso de Medicina da UFMG
Quadro 6 - Percursos Curriculares para o Curso de Graduação em Medicina da UFMG.
Quadro 7 – Integralização de AAC optativas, Núcleo Geral e Núcleo Complementar (PI e PII)
Quadro 8 - Atividades Acadêmicas Curriculares Optativas e do Núcleo Avançado
Quadro 9 - Relação das Atividades Acadêmicas Curriculares que atendem as exigências legais
Quadro 10 - Programas/Cursos de pós-graduação da Faculdade de Medicina da UFMG e a nota de avaliação da CAPES.
Quadro 11 - Infraestrutura Básica da Faculdade de Medicina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Percursos Curriculares
Figura 2 - Representação Gráfica do Núcleo Específico – AAC obrigatórias (PI e PII)
Figura 3 - Produção bibliográfica da Faculdade de Medicina da UFMG de 1900 a 2021
Figura 4 - Organograma: da estrutura Geral da Faculdade de Medicina
Figura 5 - Organograma da Área Acadêmica da Faculdade de Medicina

SUMÁRIO

1. DA IDENTIFICAÇÃO DO CURSO E SEUS FUNDAMENTOS CONCEITUAIS 7
1.1. Introdução 7
1.2. Dados de Identificação 8
1.3 Perfil Institucional, Missão e Breve Histórico da UFMG 8
1.4. Dados de Identificação da Unidade e do Curso 11
1.5. Contextualização do Curso - Breve Histórico da Unidade Acadêmica e do Curso 12
1.6. Formas de Ingresso 17
1.7. Bases Normativas e Legais 19
1.8. Acessibilidade 20
1.9. Objetivo 22
1.10. Identificação das Demandas Profissionais e Sociais 23
1.11. Perfil do Egresso 25
1.12. Perfil do Docente 26
2. DA ESTRUTURA CURRICULAR 27
2.1 Princípios Teóricos e Metodológicos 27
2.1.1. Concepção do Curso 27
2.1.2. O eixo do modelo didático-assistencial: Atenção Primária à Saúde 28
2.1.3. Flexibilização curricular 28
2.1.4. Inserção de conteúdos de Ética e Bioética ao longo do curso 28
2.1.5. Incentivo à liderança e gestão em saúde 29
2.1.6. Contato do estudante com princípios de metodologia científica e de pesquisa 29
2.1.7. Fundamentos do método de ensino-aprendizagem no ciclo pré-clínico 29
2.1.8. Estratégia de ensino de urgência e emergência 30
2.1.9. Integração entre as atividades acadêmicas curriculares 30
2.1.10. Definição de Atividade Prática, Teórica e Ensino a Distância 30
2.1.11. Inovação dos métodos de ensino e aprendizagem e avaliação discente 32
2.1.12. A Saúde Digital na Formação Médica 33
2.2 Configuração curricular 34
2.2.1. Estrutura Curricular 34
2.2.2. Organização curricular 36
2.3 Atividades Acadêmicas Complementares 37
2.4 Integração Ensino-Serviço na Rede SUS e Estágios 40

2.5 Formação em Extensão Universitária 43
2.6 Percursos Curriculares 46
2.7 Representação do Currículo 48
2.8 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem 57
2.8.1 Acompanhamento e Avaliação 57
2.8.2 Atividades Integradoras 58
2.8.3 Atividades profissionais confiáveis - APCs/EPAs 59
2.8.4 Avaliação dos Estágios Curriculares 59
2.9 Avaliação do Curso 60
2.9.1 Avaliação Institucional 60
2.9.2 Avaliação Interna do Curso de Medicina da UFMG 61
2.10 Políticas e Programas de Pesquisa e Extensão e Inclusão 63
2.10.1 Políticas e Programas de Extensão 63
2.10.2 Políticas e Programas de Pesquisa 65
2.10.3 Políticas e Programas de Inclusão 69
3. DA INFRAESTRUTURA 72
3.1 Instalações, Laboratórios e Equipamentos 72
3.2 Ambientes Administrativos e de Apoio Docente 74
3.3 Biblioteca 78
4. GESTÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 80
4.1. Gestão do Curso 80
4.1.1. Colegiado do Curso de Graduação em Medicina 80
4.1.2. Núcleo Docente Estruturante 81
4.2. Corpo Docente 81
4.3. Corpo técnico administrativo 81

1. DA IDENTIFICAÇÃO DO CURSO E SEUS FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

1.1. Introdução

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) busca definir, organizar e planejar os aspectos políticos e pedagógicos que norteiam a formação médica voltada para a assistência à saúde do ser humano em sua integridade biopsicossocial, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso Médico e o Projeto Pedagógico Institucional da UFMG.

Os objetivos principais da revisão atual do PPC são: adequar o currículo às Normas de Graduação da UFMG (Resolução Complementar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE no 01/2018); definir a integralização de atividades acadêmicas curriculares de Formação em Extensão Universitária (Resolução CEPE no 10/2019); definir as atividades acadêmicas curriculares cuja oferta ocorre com apoio de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) ou na modalidade a distância (EAD); e, principalmente, promover o bem-estar físico, psíquico e social do estudante, prevenindo transtornos de saúde mental que podem ser desencadeados ou agravados por estrutura curricular com carga horária excessiva ou mal distribuída, dificuldade na gestão do tempo e falta de tempo livre para se dedicar a outros aspectos da vida acadêmica e pessoal.

A percepção de prejuízo da qualidade de vida e a prevalência de transtornos mentais, com perda de motivação para o estudo, dos estudantes de Medicina está extensamente respaldada pela literatura nacional e internacional. O PPC e a estrutura curricular do Curso de Medicina devem estar atentos à necessidade de "cuidar de si para cuidar do outro". Especialmente após atravessar uma pandemia com suas graves repercussões sociais, econômicas e emocionais, não se pode negligenciar a parte da responsabilidade com a saúde mental de estudantes e professores que cabe ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) e ao Colegiado. Essa responsabilidade se refere à melhor gestão do tempo, contextualização e adequação de conteúdo, aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem e cuidado com as relações interpessoais.

Nesse sentido, a carga horária total do curso que era de 8.085 horas na versão curricular de 2014 e foi ajustada durante a situação emergencial de pandemia para 7.755 horas, será reduzida para 7.290 horas, possibilitando ao aluno mais tempo para estudar, descansar e realizar outras atividades de seu interesse. Espera-se assim melhor aproveitamento e maior qualidade do aprendizado, combatendo a visão conteudista e priorizando o essencial. É necessário ter em vista o perfil do egresso e a formação generalista ao término do curso, compreendendo a formação médica como um processo contínuo, permanente, ao longo de toda a vida profissional.

1.2. Dados de Identificação

Mantenedora: Ministério da Educação	
IES: **Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**	
Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	CNPJ: 17.217.985/0001-04
Endereço: Av: Antônio Carlos, 6627 Pampulha – Belo Horizonte – MG CEP: 31270 – 901	Fone: +55 (31) 34095000 Sitio: http://www.ufmg.br e-mail: reitor@ufmg.br ou reitora@ufmg.br
Ato Regulatório: Credenciamento Lei Estadual Nº documento: 956 Data de Publicação: 07/09/1927	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Ato Regulatório: Recredenciamento Lei Federal Nº documento: 971 Data de Publicação: 19/12/1949	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
CI - Conceito Institucional	5
IGC – Índice Geral de Cursos	5
IGC Contínuo	4.17
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida	Gestão: 2022-2026

1.3 Perfil Institucional, Missão e Breve Histórico da UFMG[1]

Perfil Institucional

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos termos do seu Estatuto, tem por finalidades precípuas a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições brasileiras e estrangeiras e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e internacional, almejando consolidar-se como universidade de excelência e relevância, mundialmente reconhecida.

Missão

Visando ao cumprimento integral das suas finalidades e de seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-

[1] Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG 2018-2023, disponível em: https://www.ufmg.br/pdi/2018-2023/

se como instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social, à diminuição das desigualdades sociais, à redução das assimetrias regionais, bem como do estímulo ao desenvolvimento sustentável.

Breve Histórico

No século XVIII, a criação de uma universidade em Minas Gerais integrava o projeto político dos Inconfidentes. A proposta, entretanto, só veio a se concretizar na terceira década do século XX, no bojo de intensa mobilização intelectual e política que teve no então Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sua principal expressão. Nesse contexto, pela Lei Estadual n° 956, de 7 de setembro de 1927, foi fundada a Universidade de Minas Gerais (UMG), pela reunião das quatro instituições de ensino superior existentes, à época, em Belo Horizonte: a Faculdade de Direito, criada em 1892, em Ouro Preto; a Faculdade de Medicina, criada em 1911; a Escola de Engenharia, criada em 1911, e a Escola de Odontologia e Farmácia, cujos cursos foram criados, respectivamente, em 1907 e 1911. O primeiro Reitor da UMG, nomeado em 10 de novembro do mesmo ano, foi Francisco Mendes Pimentel, então Diretor da Faculdade de Direito, que foi sede da primeira reitoria.

Um ano depois, os planos do governo estadual para a UMG voltaram-se à necessidade da construção de um complexo universitário, já então denominado Cidade Universitária. Como resultado de parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, foram colocados à disposição da UMG 35 quarteirões, com área equivalente a 500.000 m², nos bairros de Lourdes e Santo Agostinho. Com o tempo, a área destinada para a futura edificação da Cidade Universitária foi se alterando, em decorrência de sua localização central e de seu valor econômico: em 1937, para as imediações do Parque Municipal e, no início da década de 1940, para a região da Pampulha, onde viria a se instalar definitivamente. O Plano Diretor para a Cidade Universitária, que definia o sistema viário e o zoneamento das atividades por áreas de conhecimento e serviços, foi concluído em 1957, quando foram iniciadas as respectivas obras de infraestrutura e de apoio. Em seguida, foram projetadas e construídas as primeiras edificações, entre as quais, o prédio da Reitoria, inaugurado em 1962.

Na segunda metade dos anos 1940, a UMG ampliou-se consideravelmente, no plano acadêmico, com a incorporação de diversas escolas livres criadas em Belo Horizonte, posteriormente à fundação da Universidade: a de Arquitetura, em 1946, e as Escolas Livres de Filosofia, Ciências e Letras e de Ciências Econômicas e Administrativas, em 1948. Em 1949, houve a federalização da UMG, mas seu nome e sua sigla permaneceram inalterados, por mais de uma década. Em 1950, ocorreu a incorporação da Escola de Enfermagem, originalmente subordinada à Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de Minas Gerais e incorporada à UMG por ter sido anexada à Faculdade de Medicina.

Nos anos de 1960, a UMG sofreria profundas transformações. Na primeira metade da década, devido a um expressivo programa de expansão, com a incorporação da Escola de Veterinária, em 1961, do Conservatório Mineiro de Música – que daria origem à Escola de Música –, em 1962, da Escola de Biblioteconomia – a atual Escola de Ciência da Informação –, em 1963, e, no mesmo ano, a criação da Escola de Belas Artes. Em 1965,

o nome e a sigla da UMG foram alterados, de forma a incorporar sua vinculação à estrutura administrativa federal, passando a denominar-se Universidade Federal de Minas Gerais, com a sigla UFMG.

Na segunda metade da década de 1960, a estrutura e a vida universitária seriam alteradas em decorrência da Reforma Universitária de 1968, que modernizou a universidade brasileira, mas também em virtude de circunstâncias políticas vigentes. A reforma universitária acarretou o desmembramento da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, dando origem, em um primeiro momento aos assim chamados Institutos Básicos – o Instituto de Ciências Biológicas (ICB), o Instituto de Ciências Exatas (ICEx) e o Instituto de Geociências (IGC) – e, logo a seguir, à Faculdade de Educação (FAE) e à Faculdade de Letras (FALE). Em decorrência dessas transformações, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teve seu nome alterado para Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Decorreu também da reforma universitária a institucionalização da atividade de pesquisa, o estabelecimento de padrões mais bem definidos para a regulação dos cursos de Pós-Graduação, a formalização da atividade de extensão como parte da missão da Universidade e a criação do regime de trabalho de Dedicação Exclusiva para os docentes dedicados aos trabalhos de investigação acadêmica. Ainda nesse período, em 1969, a UFMG incorporaria em sua estrutura a Escola de Educação Física – hoje, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO).

A vida da UFMG seria também bastante alterada, nos anos de 1960 e subsequentes, em decorrência do pronunciamento militar que interrompeu a normalidade democrática no país em 1964. Em consequência desse pronunciamento, agravado em 1968 com a edição do Ato Institucional 5, a UFMG teve um de seus reitores afastados temporariamente de suas funções, o Reitor Aluísio Pimenta, outro cassado, o Professor Gérson Brito de Melo Boson, e diversos professores e funcionários cassados e presos, estudantes expulsos, presos e assassinados. A Instituição reagiu com altivez a esse tempo sombrio, tendo seus reitores e seu Conselho Universitário manifestado, com firmeza, sua condenação à arbitrariedade e à violência da repressão política, bem como, recusado, sempre que possível, a implantação de medidas e procedimentos que consideraram academicamente inconvenientes e inadequados.

O adensamento das construções do *Campus* Pampulha, a Cidade Universitária, se deu em períodos distintos, sendo mais intenso nos anos 1970, na primeira metade da década de 1990 e na primeira década deste século. Atualmente, das dezenove Unidades Acadêmicas sediadas em Belo Horizonte, quinze têm suas instalações integralmente situadas no *Campus* Pampulha. Na área central da cidade, encontram-se o *Campus* Saúde, constituído pela Faculdade de Medicina, pela Escola de Enfermagem e pelo complexo do Hospital das Clínicas (atualmente administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH), bem como a Faculdade de Direito e a Escola de Arquitetura, estas duas localizadas em prédios isolados. Além das Unidades Acadêmicas, encontram-se também no *Campus* Pampulha a Escola de Educação Básica e Profissional (EBAP), integrada pela Escola Fundamental – Centro Pedagógico (CP), o Colégio Técnico (COLTEC) e o Teatro Universitário (TU).

Fora da Capital, a UFMG possui um terceiro *Campus* universitário, situado em Montes Claros, município do norte de Minas Gerais. O *Campus* Regional de Montes Claros oferece cursos de Graduação e Pós-Graduação vinculados ao Instituto de Ciências Agrárias, a vigésima Unidade Acadêmica da Universidade. Em

Diamantina, estão instalados o Instituto Casa da Glória e a Casa Silvério Lessa, ambos vinculados ao Instituto de Geociências. Em Tiradentes, a UFMG mantém, em convênio com a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade (FRMFA), um *Campus* Cultural que compreende o Museu Casa do Inconfidente Padre Toledo, a Casa de Cultura, a Biblioteca e o Centro de Estudos, os dois últimos em processo de implantação no Sobrado Quatro Cantos. Merecem ainda uma menção destacada, por sua importância no projeto acadêmico da UFMG, o Hospital Veterinário, as fazendas de Montes Claros, Igarapé e Pedro Leopoldo, a Biblioteca Universitária, o Centro Cultural, o Espaço do Conhecimento, o Centro de Microscopia, o Conservatório, a Editora, o Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB) e o Centro de Treinamento Esportivo (CTE). E, como espaço primordialmente voltado ao lazer da Comunidade Universitária, o Centro Esportivo Universitário (CEU).

Ao lado de uma política de expansão que perpassa sua trajetória desde a fundação, a UFMG tem-se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmicos e de relevância social em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação expressiva em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas. Nos últimos anos, ganhou força o debate sobre políticas de inclusão e democratização do acesso e da permanência no sistema de ensino superior, começando pela ampliação das vagas e criação de novos cursos no período noturno, passando pela experiência da política de bônus, seguidas pela política de cotas para candidatos egressos de escolas públicas (complementadas por critérios relativos à renda familiar, critérios étnico-raciais e a reserva de vagas para pessoas com deficiência), a ampliação dos gastos com a assistência estudantil e a promoção de políticas voltadas para a afirmação da cidadania, da diversidade, da igualdade e da inclusão e o combate às diferentes formas de intolerância, discriminação e violação de direitos humanos.

1.4. Dados de Identificação da Unidade e do Curso

<table>
<tr><td colspan="2">Curso: Medicina</td></tr>
<tr><td colspan="2">Indicadores SINAES/MEC
Conceito de Curso: 5 (2017)
Enade: 5 (2019)
CPC: 4 (2013)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Unidade: Faculdade de Medicina da UFMG</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Endereço: Av. Alfredo Balena, 190. Santa Efigênia,
Belo Horizonte - MG, 30130-100</td><td>Fone: +55 (31) 3409-9300</td></tr>
<tr><td>Sitio: http://www.medicina.ufmg.br/
e-mail: diretor@medicina.ufmg.br</td></tr>
<tr><td>Diretor(a) da Unidade: Alamanda Kfoury Pereira</td><td>Gestão: 2022-2026
(mandato: 11/04/2022 a 11/04/2026)</td></tr>
<tr><td>Coordenador(a) do Colegiado:
Prof. Ubiratan Brum de Castro</td><td>Gestão: 2023-2025
(mandato: 27/03/2023 a 27/03/2025)</td></tr>
<tr><td>Número de vagas iniciais ofertadas por semestre: 160</td><td>Número de estudantes matriculados: 1980</td></tr>
</table>

Turno(s) de Funcionamento: Integral	Carga Horária Total: 7290 horas
Área de conhecimento: Ciências da Saúde	Ato de reconhecimento Portaria SERES/MEC 278, aprovada em 20/04/2018 e publicada no DOU em 23/04/2018.
Tempo padrão de integralização: Mínimo: 6 anos (12 períodos/ semestres) Máximo: 10 anos (20 períodos/semestres)	Modalidade: Bacharelado Formato Pedagógico: Presencial

1.5. Contextualização do Curso - Breve Histórico da Unidade Acadêmica e do Curso

A 5 de março de 1911, a Sociedade Médico-Cirúrgica de Minas Gerais declarava criada a Escola de Medicina de Belo Horizonte. Os doze fundadores estão imortalizados na galeria fotográfica da sala Aurélio Pires e no saguão principal da Faculdade, onde seus nomes estão gravados em bronze. A aula inaugural da Escola foi proferida pelo professor Zoroastro Alvarenga no dia 8 de abril de 1912. Em 1949, ocorre a federalização da Universidade, quando assume como diretor da Faculdade o Professor Alfredo Balena. As atividades acadêmicas do ciclo básico foram ministradas na própria Faculdade até o ano de 1968 quando foi criado, como parte da Reforma Universitária, o Instituto de Ciências Biológicas (ICB). O ICB funcionou no prédio da Faculdade de Medicina até o ano de 1978, transferindo-se então para o Campus da Pampulha.

Do ano de sua fundação até 1964, o curso tinha a duração mínima de 6 anos. A partir de 1965, até julho de 1977, a Faculdade foi autorizada pelo Conselho Federal de Educação (CFE) a funcionar como um curso experimental com duração de 5 anos. No primeiro semestre de 1975, houve o restabelecimento dos 6 anos, com carga horária total de 6.465 horas, sendo 300 horas de atividades optativas.

Já em 1975, o projeto pedagógico da Faculdade de Medicina (FM/UFMG) sustentava marcos conceituais muito semelhantes aos defendidos atualmente, guardado o respeito à evolução da política sanitária do país:

- A Educação Médica deve ter como base um sistema em que a estrutura de atenção é voltada para os problemas de saúde prevalentes na comunidade em que atuará o futuro médico.
- A política e o planejamento da formação de médicos devem ter como referência a integração do processo de aprendizagem com o Sistema de Atenção Médica, tomando a nosologia, as necessidades de saúde da população e a própria estrutura dos serviços de saúde como objeto de estudo.
- O objetivo prioritário do curso médico deve ser a formação de um médico generalista, resolutivo, capaz de prestar assistência primária à saúde e de exercer a Medicina Comunitária.
- O Hospital das Clínicas da UFMG deve se organizar com base na Atenção Progressiva e ênfase no Setor Ambulatorial.
- A organização curricular deve ter seu calendário contínuo, clinicamente definido, diferente do calendário escolar.

Essas referências se ancoravam no entendimento do paciente como sujeito do processo saúde/doença, ou seja, como pessoa - o indivíduo e suas dimensões e relações biopsicossociais. Desde a grande reforma implantada em 1975, o local privilegiado de prática passou a ser o cenário ambulatorial e o processo de ensino-aprendizagem passou a se fundamentar na atividade docente-assistencial, com a perspectiva epidemiológica na organização dos serviços e da atenção.

No período de 1989 a 1993, a Faculdade de Medicina voltou a discutir seu curso de graduação em Medicina. As modificações, após aprovação pela Câmara de Graduação, foram implantadas em 1994. A revisão curricular de 1994 guiou-se pelos mesmos princípios gerais do currículo de 1975: formação de médico generalista, integração docente-assistencial e integração ensino-serviço; apresentando como principais alterações: internato obrigatório nas quatro áreas básicas, Clínica Médica, Pediatria, Cirurgia e Ginecologia e Obstetrícia, além do internato de urgência e do internato de saúde coletiva, constituindo um período total de internato de três semestres; aumento das atividades integradoras ciclo básico/ciclo profissional: Ciências Sociais Aplicadas à Saúde e Psicologia Médica; a redução da carga horária máxima para 32 horas/semana, possibilitando, pelo menos, 8 horas semanais para estudos individuais ou outras atividades complementares, como pesquisa e extensão; a introdução de disciplinas optativas e a criação da Medicina Legal e Deontologia como disciplina obrigatória.

Em 07 de novembro de 2001, foi publicada a resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Superior do Ministério da Educação que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. As DCN definiram o perfil do egresso do curso de Medicina como o "médico com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano". As DCN consolidaram as competências e habilidades gerais e específicas, os conteúdos essenciais e a organização da estrutura curricular dos cursos médicos.

Em 2002, o Ministério da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde lançaram o Programa de Incentivo às Transformações Curriculares nas Escolas Médicas (Promed: Uma Nova Escola Médica para um Novo Sistema de Saúde), e a Faculdade de Medicina da UFMG foi uma das 20 escolas selecionadas pelo Programa. A base do Programa estava em formar profissionais de saúde voltados para as necessidades da Atenção Primária em Saúde.

Com a aprovação do Promed, iniciou-se a discussão sobre a reforma curricular no curso de graduação em Medicina da UFMG: adequações e mudanças (cenários de prática, consequentes orientação teórica e abordagem pedagógica) consistentes a busca da excelência técnica profissional, baseadas na relevância e em compromissos sociais, decorrentes das exigências da nova realidade sanitária, e fundadas nos preceitos da Ética. O processo de avaliação externa da Faculdade de Medicina da UFMG, promovido pela PROGRAD e pelo MEC, em 1999, também se mostrou de grande relevância na identificação dos pontos positivos e das dificuldades a serem superadas.

O Colegiado do Curso, entre 2002 e 2004, organizou seu trabalho constituindo comissões temáticas, orientadas pelos eixos e vetores do PROMED, e com o objetivo de avançar nos estágios previstos, a partir de discussões, divulgação e propostas, com o envolvimento de todos os departamentos, corpo docente, corpo discente e técnico-administrativo da Faculdade de Medicina, do Instituto de Ciências Biológicas e do Hospital das Clínicas da UFMG, interagindo com os gestores estadual e, particularmente, municipal de saúde. As diversas comissões foram coordenadas pela Comissão de Gestão Central, integralizadora de todo o Promed na FM/UFMG, que recebeu o nome de RECRIAR.

Em 2005, o Ministério da Saúde iniciou o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), tendo sido a Faculdade de Medicina da UFMG novamente contemplada. O Pró-Saúde tinha como objetivo a abordagem integral do processo saúde-doença, com integração ensino-serviço, e consequente inserção dos estudantes de Medicina na rede SUS, desde o início de sua formação.

A partir de 2005, a estratégia de reestruturação curricular focou a discussão em três módulos: Pré-clínico, Clínico-ambulatorial e Clínico-internatos. Foram organizados e/ou apoiados 48 eventos, entre seminários, oficinas, congressos e reuniões ampliadas, com ampla participação de professores e estudantes.

A necessidade dessa mudança curricular foi amparada também pela aprovação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFMG, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) desde 2007. O PPI determinava que a ação pedagógica na UFMG deveria contemplar as dimensões do ensino, pesquisa e extensão, ao lado da dinâmica interna a cada uma dessas dimensões, as quais deveriam, de forma interligada, proporcionar a formação consistente, seja do ponto de vista acadêmico, seja do ponto de vista social, que cumpria esperar de instituição pública de ensino superior.

Em outubro de 2008, o Colegiado do Curso de Medicina da UFMG aprovou por unanimidade as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Medicina da UFMG, elaboradas com base nas DCN/2001. Neste mesmo ano foi instalada a Comissão de Sistematização da Reforma Curricular, que em 12 de novembro de 2010, encaminhou o documento final da proposta de mudança curricular ao Colegiado do Curso de Medicina.

O parecer relativo à proposta de reforma curricular do curso de Medicina foi aprovado na Câmara de Graduação (PROGRAD/UFMG) em 13 de agosto de 2013. Em 28 de agosto de 2013, foi instituída a Comissão de Implementação e Acompanhamento da Reforma Curricular (CIAR), que contava também com a participação de representantes discentes do Colegiado, assim como os funcionários técnico-administrativos. A CIAR organizou os grupos de trabalho e aprovou suas propostas no Colegiado do Curso de Medicina. A nova versão curricular foi implantada em agosto de 2014. Na fase de transição, coexistiram duas versões curriculares (1994 e 2014) por 3 semestres, sendo concluída no segundo semestre de 2015.

Em 20 de junho de 2014, foram publicadas as novas DCN do curso de Medicina. O Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante analisaram as novas DCN. A conclusão foi que o currículo de 2014, como seria esperado pelo protagonismo da UFMG na inserção do estudante no SUS e pelo alinhamento da formação com as políticas públicas para saúde, atendia aos princípios, fundamentos e finalidades da formação em Medicina descritos nas novas DCNs.

Os princípios gerais da Reforma Curricular de 2012/2014 foram:

- Em consonância com as DCN/2014:
- Estabelecer o eixo do modelo didático-assistencial na Atenção Primária à Saúde
- Aumentar a carga horária em estágios
- Revisar o método de ensino-aprendizagem no ciclo pré-clínico
- Revisar a estratégia de ensino de urgência e emergência, traumática e não-traumática
- Promover contato mais precoce do estudante com princípios de metodologia científica e de pesquisa
- Inserir no currículo conteúdos de Bioética e Ética Médica ao longo de todo o curso médico, mas propiciando momentos específicos para a discussão e reflexão destes conteúdos
- Incentivar a liderança, capacitação em administração e gestão em saúde
- Promover adequações condizentes com as transformações sociais e evolução científica e tecnológica
  - Valorizar a atenção primária à saúde da mulher e a atenção à saúde mental
  - Valorizar e integrar ao ensino métodos propedêuticos complementares
  - Valorizar a atenção secundária
- Promover adequações pedagógicas
- Valorizar e viabilizar a integração entre as atividades acadêmicas
- Acompanhar sistematicamente os estudantes, colaborando com o seu desenvolvimento técnico e emocional, de forma humanizada.
- Incentivar a incorporação de novos métodos de ensino e aprendizagem
- Valorizar e incorporar novos métodos de avaliação discente
- Criar o Centro de Educação em Saúde da Faculdade de Medicina da UFMG
- Redefinir o número de semanas letivas por período
- Promover a valorização e viabilização da flexibilização curricular

Destaca-se, em comparação a outros cursos nacionais, a inserção precoce dos alunos e docentes da própria instituição no SUS, em especial na Atenção Primária; a carga horária elevada na formação de Urgência/Emergência em rede própria e conveniada; e a ampliação do ciclo de internatos, que passou a abranger quatro períodos durante a formação médica. Por outro lado, o modelo pedagógico do aprender fazendo nos serviços próprios e conveniados expõe os alunos precocemente ao contato com pacientes reais para promover o desenvolvimento das habilidades clínicas que, muitas vezes e especialmente em cursos fora do país, são promovidas pela simulação.

Ainda, acreditando-se que a carga horária total do curso à época não era suficiente para acomodar o aumento da prática ambulatorial nas áreas básicas da Medicina, a introdução de conteúdos de ética e bioética, o estudo da propedêutica e da terapêutica clínica em sintonia com a prática ambulatorial e hospitalar, e o aumento da fase de estágios de três para quatro semestres, a Reforma Curricular 2012/2014 determinou aumento da carga horária do curso para 8085 horas (aumento de 12,29% em relação à carga horária mínima de 7200 horas definida pelo Ministério da Educação).

Cabe ressaltar que, no âmbito da graduação, cada currículo deve conter uma dimensão mais universal ou básica e o componente mais propriamente profissionalizante. É cada vez mais evidente, no mundo contemporâneo, que a competência específica, não importa em qual área, já não pode ser adquirida se a formação se restringe ao que ortodoxamente pertence à área em vista. Serão formados melhores médicos se, além dos conhecimentos inerentes à formação médica mais específica, acrescentarmos aqueles provenientes de áreas complementares, suscetíveis de uma permanente revisão. Assim oxigenados, os currículos serão capazes de abrigar as mudanças exigidas pelo campo de formação do estudante. Sem a criação de recursos e mecanismos que promovam atividades interdisciplinares e multidisciplinares, tão demandadas pelas profissões típicas de sociedades complexas e desenvolvidas, os currículos sofrem um rápido processo de defasagem.

Reforma Curricular de 2022

Após quase 10 anos, o processo natural na busca pela melhoria constante da formação médica, acompanhada dos movimentos constantes da sociedade, conduz à reflexão aprofundada dos processos e resultados proporcionados pela última Reforma Curricular (2012/2014).

Em 2018, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFMG aprovou as Normas Gerais da Graduação (Resolução 01/2018), e em outubro de 2019 estabeleceu as diretrizes curriculares para a integralização de atividades de Formação em Extensão Universitária nos cursos de graduação da UFMG (Resolução 10/2019). Essas duas Resoluções amparam a necessidade de revisão do Programa Pedagógico do Curso (PPC) e a Reforma/Ajuste curricular.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde anunciou a pandemia da COVID-19 e as autoridades de vários países implementaram medidas para contenção da doença. Com o objetivo de mitigar a propagação do SARS-Cov 2 e reduzir o risco de contágio e proliferação entre professores e estudantes, a UFMG suspendeu temporariamente as aulas presenciais. As aulas, em modo remoto emergencial (ERE) foram retomadas na Universidade em agosto de 2020, em agosto de 2021 o ensino híbrido emergencial (EHE) substituiu o ERE, e em janeiro de 2022 o CEPE aprovou o retorno de atividades acadêmicas presenciais em todos os cursos da UFMG. Entretanto, particularidades dos cursos da área da saúde, incluindo a necessidade de prover a sociedade com egressos para o combate à pandemia, motivou solicitações e autorizações específicas da Câmara de Graduação para o retorno presencial das atividades práticas-assistenciais.

No contexto do Curso de Medicina, as atividades presenciais não adaptáveis ao modo remoto foram retomadas no formato EHE em setembro de 2020 para os alunos do 9º ao 12º período (ciclo dos internatos) e em novembro desse mesmo ano para os alunos do 5º ao 8º período (ciclo clínico-ambulatorial). O retorno ao ensino presencial ocorreu concomitante ao retorno em toda a UFMG em fevereiro de 2022. O NDE e o Colegiado do Curso realizaram trabalho incansável e tiveram papel fundamental na viabilização do retorno das aulas no formato do EHE e presencial no âmbito da Faculdade de Medicina, de forma eficiente e segura, mesmo quando a vacinação contra o SARS-Cov 2 ainda não estava disponível.

Dois Ajustes Curriculares no Curso de Medicina foram necessários e realizados durante esse período:

- Ajuste Curricular Emergencial, aprovado na Câmara de Graduação em 06 de setembro de 2021, referente às adaptações necessárias no ciclo dos estágios. As atividades de estágio, que ocorrem do 9º ao 12º período, em função de suas elevadas cargas horárias, são realizadas em calendário próprio, cujos limites não coincidem com aqueles definidos para o calendário acadêmico geral da UFMG. Tais atividades acadêmicas curriculares, via de regra, possuem início antecipado em relação às demais atividades de graduação da UFMG, situação que se tornou dificultada com o encurtamento do intervalo entre os períodos letivos, ocorrido em função da pandemia COVID-19. Assim, o ajuste curricular emergencial adequou a carga horária dos estágios ao tempo disponível no calendário acadêmico do segundo semestre de 2021 até o segundo semestre de 2022.
- Ajuste curricular, aprovado *ad referendum* na Câmara de Graduação em 22 de junho de 2022, que estabeleceu a oferta de atividades acadêmicas curriculares optativas na modalidade presencial e à distância, a partir do segundo semestre de 2022. Esse ajuste se justificou pela necessidade de possibilitar que os estudantes do último ano do curso de Medicina, à época impossibilitados de integralizar a carga horária exigida de optativas presencialmente devido às condições impostas pela pandemia COVID-19, pudessem integralizar a carga horária, de forma que a UFMG pudesse cumprir o seu papel social na formação de novos médicos. Cabe ressaltar que a carga horária à distância autorizada nesse momento estava em consonância com o limite de 20% estabelecido na Resolução CEPE 13/2018, de 11 de setembro de 2018, perfazendo 3,8% (300 horas) da carga horária total da versão curricular vigente de 7755 horas.

O esforço conjunto do corpo acadêmico e administrativo da UFMG e da Faculdade de Medicina, em especial do NDE e Colegiado do Curso de Medicina, docentes, discentes e técnicos-administrativos, comprometidos com a excelência do ensino e as necessidades da sociedade, conseguiram minimizar as perdas inevitáveis decorrentes da situação inusitada e emergencial determinada pela pandemia COVID-19. A incorporação compulsória de novas práticas pedagógicas, incluindo EAD, Tecnologia digitais de informação e comunicação - TDIC e metodologias ativas; além da reflexão aprofundada das práticas avaliativas, da gestão do tempo e da saúde mental de docentes e discentes; proporcionadas e ocorridas durante o enfrentamento da pandemia são indicativos da capacidade intrínseca de reinventarmos processos e de procurarmos caminhos melhores para a formação médica.

Em síntese, nestes mais de 111 anos de existência, a Faculdade de Medicina da UFMG construiu importante experiência curricular, com tradição na estratégia pedagógica do aprender fazendo e da inserção sistêmica do estudante no serviço de saúde, destacando-se a inserção e compromisso com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Há mais de 50 anos destaca-se no cenário nacional por adotar política de formação de médicos generalistas, com excelência técnica e comprometimento social. Em dezembro de 2022, formou-se a 153ª turma, totalizando mais de 20.000 médicos graduados em nossa Faculdade.

1.6. Formas de Ingresso

Em 1970, por determinação do Governo Federal, a UFMG instituiu o Vestibular Único, que uniformiza o Processo Seletivo para acesso aos cursos dessa Instituição. Até 2008, os estudantes ingressaram na UFMG, após serem classificados em processo de seleção, coordenado pela Comissão Permanente do Vestibular (COPEVE), que incluía duas etapas, uma eliminatória e a segunda classificatória

Em 2009, uma estratégia inclusiva mais incisiva foi adotada pela Universidade, com a implementação do sistema de bônus nos processos seletivos, pelo qual eram acrescidos 10% na pontuação final dos candidatos que tivessem cursado pelo menos três anos do ensino médio e os últimos quatro anos do ensino fundamental em escola pública. Para os candidatos desse mesmo grupo que se autodeclararam pretos ou pardos, era somado mais um percentual de 5%, perfazendo um bônus total de 15%. Durante a vigência desse programa autônomo de bonificação inclusiva, o perfil do corpo discente veio se alterando, com uma participação crescente de alunos egressos da rede pública de ensino. Em 2008, pouco mais de um terço dos candidatos aprovados (33,01%) era oriundo de escola pública, ao passo que no vestibular de 2012, esse percentual já havia atingido 47,45%, o que significou aumento de 44%.

Esse processo transformador de incorporação e participação crescentes de segmentos sociais mais diversificados no âmbito da comunidade universitária foi aprofundado, com a adoção do chamado sistema de reserva de vagas criado pelo governo federal, que substituiu o programa de bônus da UFMG. Este sistema foi instituído pela Lei no 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras previdências, regulamentada pelo decreto no 7.824/2012. Esse sistema garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. A implantação do novo sistema ocorreu de forma progressiva. No ano letivo de 2013, a UFMG reservou 13,67% das vagas disponíveis, fração que alcançou, a partir de 2015, metade das vagas totais oferecidas anualmente pela UFMG.

De acordo com a Resolução do Conselho Universitário nº 01/2013, de 19 de março de 2013, que retifica as normas do Concurso Vestibular de 2014 da UFMG, a Universidade Federal de Minas Gerais passou a selecionar candidatos para os cursos presenciais de graduação, por meio do Sistema de Seleção Unificada - Sisu do Ministério da Educação/MEC. Não participam do processo seletivo UFMG SiSU os cursos presenciais de Artes Visuais, Cinema de Animação e Artes Digitais, Dança, Design, Design de Moda, Música, Teatro, Licenciatura em Educação do Campo e Formação Intercultural para Educadores Indígenas. Para o ingresso no curso de Letras Libras, as provas são elaboradas e aplicadas também pela UFMG. Podem candidatar-se surdos e ouvintes.

Para concorrer às vagas iniciais oferecidas nos cursos de graduação presenciais da UFMG, o candidato deve, obrigatoriamente, inscrever-se no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, para, posteriormente, efetuar sua inscrição no Processo Seletivo Sisu, em conformidade com as normas estabelecidas em Edital (is) complementar (es) da UFMG, publicado (s) após a divulgação do (s) Edital (is) do Sisu. A seleção dos candidatos às vagas para os cursos presenciais de graduação da UFMG, aos quais se refere o Edital, é efetuada, exclusivamente, com base nos resultados obtidos pelo candidato no Enem referente, por meio do Sisu, cujo

cronograma é publicado em edital do MEC, e disponibilizado nas páginas www.mec.gov.br e www.ufmg.br/sisu.

A política de ações afirmativas da UFMG, para fim de ingresso nos cursos de graduação, restringe-se à Reserva de Vagas definida na Portaria Normativa do MEC no dia 18/2012, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino. O candidato deve, no ato da inscrição do Processo Seletivo Sisu, fazer opção pela modalidade de vaga à qual deseja concorrer nos cursos da UFMG, de acordo com as normas do Sisu 2015 e do (s) Termo (s) de Adesão ao Sisu 2015, em conformidade com a Portaria Normativa MEC no 18/2012.

Outras formas de ingresso na UFMG, incluem o provimento por meio de vagas remanescentes e vagas adicionais. As vagas remanescentes, no âmbito da UFMG, são regulamentadas pela Resolução CEPE 14/2018 e possuem as seguintes modalidades: Continuidade de Estudos, Mudança de Turno, Reopção, Transferência e Obtenção de Novo Título. Enquanto que as vagas adicionais englobam o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), o processo seletivo indígena e o ingresso de refugiados, asilados políticos, apátridas, portadores de visto temporário de acolhida humanitária, portadores de autorização de residência para fins de acolhida humanitária e outros imigrantes beneficiários de políticas humanitárias como estudantes de graduação, sendo esta última regulamentada pela Resolução CEPE 07/2019, a qual determina o mínimo de uma vaga por curso por ano.

1.7. Bases Normativas e Legais

O Curso de Medicina da UFMG tem como missão formar o médico apto para atuar em vários níveis de atenção à saúde, com conhecimentos técnico e científico e postura humanística e ética, tendo como postulado fundamental a integração do referido curso com a gestão local e regional do Sistema Único de Saúde (SUS). Atende, plenamente, às Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina, bem como todas as outras exigências legais obrigatórias ao oferecimento de Cursos de graduação. Além disso, está em consonância com a realidade do sistema de saúde do país e é baseado na multidisciplinaridade, permitindo a integração e a complementação entre os diversos conteúdos, contemplando a formação humanística, ética, técnica e científica dos estudantes, garantindo que o ensino-aprendizagem será conduzido prioritariamente em atividades práticas e demonstra adequação dos conteúdos teórico e prático à proposta global, com integração entre conhecimentos, habilidades e atitudes, concretizados nos espaços de ensino, pesquisa e extensão.

O Curso de Medicina da UFMG atende aos requisitos legais listados abaixo:

1. Diretrizes das Normas Gerais da Graduação para todos os cursos UFMG - Resolução Complementar CEPE nº 01/2018, 20 de fevereiro de 2018.
2. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Medicina - Resolução CNE/CES Nº 3, de 20 de junho de 2014.
3. Carga horária mínima de 7.200 horas. Tempo de integralização, 12 semestres. - Parecer CNE/CES no 08/2007 e Resolução CNE/CES no 02/2007.

4. Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação. - Resolução CEPE nº 10/2018, de 19 de junho de 2018.
5. Disciplina de Libras (Dec. N° 5.626/2005), ofertada como disciplina optativa livre.
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico--Raciais da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP no 3/2004.
7. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.
8. Integração da educação ambiental às atividades acadêmicas do curso de modo transversal, contínuo e permanente. - Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.
9. Informações acadêmicas, disponibilizadas na forma impressa e virtual conforme exigência que consta no Art. 32 da Portaria Normativa N° 40 de 12/12/2007 e alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010.
10. Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão constantes no PDI (https://www.ufmg.br/pdi/2018-2023/wp-content/uploads/2019/03/PDI-revisado 06032019.pdf)
11. Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências; e da Resolução CEPE/UFMG nº 10/2019, de 10 de outubro de 2019 que estabelece diretrizes curriculares para a integralização de atividades acadêmicas curriculares de Formação em Extensão Universitária nos cursos de graduação da UFMG e revoga a Resolução CEPE no 12/2015, de 22 de setembro de 2015.
12. Estágios curriculares: Lei 11.788/2008 e Resolução CEPE/UFMG nº 02/2009, regulamenta o Estágio na UFMG.
13. Flexibilização Curricular da UFMG – Normas Gerais da Graduação - Resolução Complementar CEPE nº 01/2018, 20 de fevereiro de 2018.
14. Portaria MEC nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial
15. Resolução CEPE/UFMG nº 13/2018, de 11 de setembro de 2018, regulamenta a oferta de atividades acadêmicas curriculares com carga horária a distância nos cursos de graduação presenciais e a distância no âmbito da UFMG.
16. Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABN, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003. Como parte do programa de Acessibilidade e Inclusão da UFMG - www.ufmg.br/nai/
17. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

1.8. Acessibilidade

As ações pedagógicas desenvolvidas no curso de Medicina destinadas à população com deficiência orientam-se pelo disposto na Lei nº 13.146/2015 e legislações correlatas. Para tanto, conta com o apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFMG que tem como responsabilidade a proposição, organização e coordenação de ações para assegurar e garantir as condições de acessibilidade necessárias ao ingresso, à permanência, à plena participação e à autonomia das pessoas com deficiência no âmbito da UFMG. Busca-se assim, eliminar ou reduzir as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, barreiras à comunicação e ao acesso à

informação, maximizando o desenvolvimento acadêmico e social do estudante com deficiência durante sua trajetória acadêmica.

É parte integrante do NAI, o Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV), que oferece suporte acadêmico aos estudantes com deficiência visual, incluindo assessoria de natureza didático-pedagógica e de recursos tecnológicos. O Centro funciona na Biblioteca Professor Luiz Antônio Paixão, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, e oferece serviço de confecção de material didático em diferentes formatos (textos gravados, digitalizados, em braille e ampliados). Desta forma, proporciona tanto acesso à literatura básica das atividades acadêmicas curriculares aos estudantes, quanto apoio para docentes na condução dos trabalhos com esses estudantes. Para tanto, o CADV dispõe de infraestrutura de equipamentos específicos, tais como, microcomputadores com acesso à Internet, impressora Braille, lupa eletrônica, além dos softwares JAWS, DOSVOX, AUDACITY, Braille Fácil e ABBYY FINEREADER, scanner.

O NAI conta ainda com a participação de Intérpretes de Libras na sua equipe que são responsáveis pelo desenvolvimento ações voltadas para o público surdo ou com deficiência auditiva, tais como, interpretação em sala de aula; tradução de material didático, tradução de provas, tradução de produtos midiáticos; produção de audiovisual acessível em desenho universal com acessibilidade comunicacional para surdos e cegos; produção de legendas para deficientes auditivos não usuários de Libras; áudios para cegos e comunidade em geral; áudio descrição para cegos e pessoas com baixa visão.

Estudantes de graduação que apresentem condições de saúde que interfiram no processo de aprendizagem e socialização são avaliados e acompanhados, em suas especificidades, pelo NAI. O NAI possui um técnico administrativo de referência para os alunos do Campus da Saúde. Este técnico se mantém em contato direto com a Escuta Acadêmica do curso de Medicina. A Escuta Acadêmica, por sua vez, mantém um registro atualizado dos alunos com deficiência e permanece em diálogo constante com o NAI, alunos, professores e coordenadores de atividades acadêmicas. Todos os professores dos alunos com deficiência podem se informar sobre estes alunos, no início do semestre, consultando o Portal Minhas Turmas no UFMG Virtual plataforma Moodle. Ademais, a Escuta Acadêmica envia e-mail no início do semestre aos coordenadores de atividades acadêmicas informando as necessidades identificadas pelo NAI daqueles alunos que autorizaram essa comunicação. Além disso, na Medicina a Escuta faz reuniões para esclarecimentos e compartilhamento de experiências.

A Faculdade de Medicina dispõe ainda da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, criada para avaliar as adaptações necessárias aos estudantes com deficiência do Curso de Medicina nas disciplinas do ciclo clínico. Esta comissão dispõe de representantes docentes, discentes e técnico-administrativos nomeados por Portaria do Colegiado.

Por fim, destaca-se, na estrutura curricular do curso de Medicina (em atenção ao disposto no Decreto nº 5626/2005) a oferta regular da atividade acadêmica curricular intitulada Fundamentos de Libras para integralização da carga horária optativa.

As instalações físicas disponibilizadas ao Curso de Medicina, na Faculdade de Medicina, no Hospital das Clínicas de Minas Gerais e no Hospital Risoleta Tolentino Neves, garantem condições de acessibilidade,

tais como permissão de estacionamento para alunos com mobilidade reduzida, rampas, elevadores com sinalização sonora e sistema de áudio, elevadores com espelhos de fundo, instalações de corrimãos, sinalizadores e antiderrapantes no chão. Essa estrutura se encontra em contínua avaliação e aperfeiçoamento.

1.9. Objetivo

O aluno deve adquirir ao longo do Curso, conhecimentos fundamentais nas áreas de Cirurgia, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Clínica Médica e Saúde Coletiva, que o tornem competente para prestar assistência médica de qualidade, atuando na promoção da saúde, na prevenção das doenças e na recuperação e reabilitação dos doentes. Sua formação deve contemplar o exercício profissional dentro de princípios éticos e humanistas bem estabelecidos. Objetiva-se, também, desenvolver no aluno as habilidades de comunicação, liderança e trabalho em equipe, inclusive interprofissionais, essenciais para um desempenho profissional de qualidade em nível individual e social. Finalmente, deseja-se formar um profissional crítico, com raciocínio científico e com autonomia na atualização e busca do conhecimento.

Objetivo Geral:

Formar um médico com competências essenciais para atuar na atenção integral à saúde dos indivíduos e da população, com excelência técnica, responsabilidade social, ética e humanismo. O formando deve exercer a prática médica de forma integrada com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, trabalhar em equipe, analisar os problemas de saúde da sociedade e propor soluções.

O Curso de Graduação em Medicina da UFMG deverá dar condições a seus estudantes para:

- Aprender a aprender. Ser o protagonista do seu aprendizado, responsável pela busca do seu próprio conhecimento. Corresponsabiliza-se com a sua formação inicial e continuada para conquistar autonomia intelectual.
- Desenvolver as competências essenciais necessárias ao exercício profissional, articulando ensino, pesquisa e extensão às necessidades de saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde.
- Adquirir continuamente conhecimentos relevantes à prática médica, de modo a garantir a atualização profissional, pela utilização de recursos de aprendizagem e da análise crítica da literatura científica nacional e estrangeira, em especial na língua inglesa.
- Desenvolver habilidades de comunicação verbal e não verbal, de escrita e leitura, e de interação com as pessoas.
- Integrar os conteúdos desde o início do processo de formação, a partir de metodologias que privilegiam a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a interdisciplinaridade.

- Interagir com usuários e profissionais de saúde, lidando com problemas reais e assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia.
- Utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem para conhecer e vivenciar situações concretas da prática médica, da organização da rede de serviços e do trabalho em equipe multiprofissional.
- Desenvolver a capacidade de tomar decisões baseadas em evidências científicas, visando o uso apropriado da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas, na busca de maior eficácia e melhor custo-efetividade das ações.
- Participar de atividades que contribuam para a ampliação de sua formação como médico e cidadão e flexibilização de seu percurso acadêmico - iniciação científica, atividades de extensão, monitoria, estágios, intercâmbios, estudo de línguas estrangeiras, atividades culturais.

Objetiva-se que os Médicos formados na UFMG, ao terminarem o curso, sejam capazes de:

- Realizar ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo, em todas as fases do ciclo de vida, dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética, bioética e biossegurança.
- Atuar com profissionalismo, compreendido como um conjunto de valores, comportamentos e responsabilidades mobilizados no cotidiano da atenção à saúde e das relações profissionais.
- Estabelecer relações interpessoais pautadas no diálogo e na empatia, utilizando de comunicação verbal, não-verbal e escrita.
- Realizar a abordagem integral do processo saúde-doença na população alinhada com as políticas públicas de atenção à saúde e gestão da assistência.
- Trabalhar em equipe multiprofissional, atuando com responsabilidade e empatia, tendo em vista o bem-estar das pessoas e da comunidade.
- Exercitar ações de liderança na horizontalidade das relações interpessoais, gerenciar os recursos ambientais, físicos e materiais e a informação, na busca de maior eficácia e melhor custo-efetividade das ações.
- Analisar de forma crítica a própria vivência e buscar novas informações, visando o aperfeiçoamento continuado da prática profissional.

1.10. Identificação das Demandas Profissionais e Sociais

A complexidade e diversidade da vida humana, com necessidades e problemas de saúde cada vez mais dinâmicos e processuais demandam sistemas de formação e de assistência capazes de dar

respostas mais eficientes e assertivas, para assegurar que as populações possam ter acesso à serviços de qualidade, em consonância com suas necessidades.

Alterações no cenário demográfico e epidemiológico, como aumento das doenças crônicas não transmissíveis, ampliação da população urbana e consequente aumento da concentração de pessoas em espaços e condições sanitárias mais precárias, novos riscos infecciosos, ambientais e comportamentais, necessidade de racionalização dos custos dos serviços de saúde impõem ainda mais desafios para a formação dos novos profissionais, o que reforça a importância de redesenhar as práticas educacionais.

Belo Horizonte está classificado como o 20°município com maior IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O Relatório ODS- Observatório do Desenvolvimento Sustentável 2020 avaliou a situação de saúde do município e a tendência temporal de diversos indicadores no período de 2010 a 2019.

Saúde materno-infantil - O município apresenta indicadores materno-infantis abaixo das metas preconizadas, embora a razão de mortalidade materna não tenha mostrado alteração significativa. Esse indicador é influenciado, entre outros, pela assistência pré-natal, ao parto e puerpério. Observa-se que 20% das gestantes não tiveram o acompanhamento preconizado e persiste alta proporção de partos cesáreos.

Doenças Infecciosas- aumento de novos casos de HIV, taxa de cura de TB – tuberculose inferior à preconizada e incremento médio significativo de Hepatite B ainda são preocupantes. As doenças de transmissão vetorial como leishmaniose e dengue mostram-se estáveis. As ações oportunas para enfrentamento da pandemia provocada pelo SARS -19 apontaram a eficiência do Serviço de Vigilância Epidemiológica e o Programa de Imunização.

Doenças Crónicas e não transmissíveis DANTs. Apesar da redução significativa na taxa de mortalidade prematura de Dants, o município ainda está distante da meta de reduzir em 1/3 as mortes prematuras e apresenta elevado (40%) percentual de prática insuficiente de atividade física. Por outro lado, a taxa de suicídio que é crescente no Brasil, manteve-se estável em Belo Horizonte e houve redução média de ATT- acidentes por transporte terrestre, embora o país apresente o maior número de óbitos de ATT por habitantes, na América Latina.

Acesso à Saúde- O município apresentou expansão das ESF – Equipes de Saúde da Família com cobertura de 81% em 2018. Belo Horizonte conta atualmente com 152 centros de saúde, 596 equipes de Estratégia Saúde da Família, 2 Hospitais Metropolitanos e oito Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAM), Na atenção especializada, são cinco Unidades de Referência Secundária (URS), nove Centros de Especialidades Médicas (CEM), quatro Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), quatro Centros de Reabilitação (CREAB), dois Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), dois Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA), um Centro Municipal de Oftalmologia (CMO), um Centro Municipal de diagnóstico por imagem (CMDI). A

rede de Urgência e Emergência é composta por nove Unidades de Pronto-Atendimento (UPA), um Serviço de Urgência Psiquiátrica Noturno (SUP) e o SAMU.

Parceria FMUFMG –SMSA (Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte)- Todas as reformas curriculares do Curso Médico da UFMG, desde 1975, focaram na prática generalista e na inserção sistêmica nos serviços de Saúde. A Atenção Primária à Saúde (APS) é valorizada como espaço privilegiado de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde da população. A inserção na Rede de atendimento à urgência e na rede de atenção à saúde mental também são essenciais.

Os indicadores de saúde influenciam e são influenciados por fatores econômicos, sociais e ambientais. Determinantes relativos às condições nas quais os indivíduos vivem, tais como alimentação, escolaridade, renda, emprego, transporte, agricultura e habitação, impactam diretamente a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população.

A saúde, assim, deve ser entendida em uma concepção sócio-histórica e cultural, que destaca a integralidade do cuidado, com a equipe de saúde atuando em uma perspectiva colaborativa. Nesse sentido, a comunidade acadêmica da UFMG amplia o olhar e destaca seu compromisso social de buscar soluções compartilhadas para os problemas das pessoas e das instituições com ações interprofissionais e intersetoriais. Além disso, a Instituição defende ações voltadas para políticas inclusivas e afirmativas.

A ampliação de ações de extensão reforça a responsabilidade da Instituição de contribuir nas estratégias de enfrentamento de necessidades específicas em conformidade com as políticas públicas propostas pelos Ministérios da Saúde e da Educação.

1.11. Perfil do Egresso

O perfil profissional do egresso do Curso de Graduação em Medicina da UFMG está embasado nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Medicina (Resolução CNE/CES no 3, de 20 de junho de 2014) respeitando-se o Projeto Pedagógico da Instituição e as peculiaridades regionais.

Compreende um médico com formação geral, humanista, crítica, reflexiva e ética, com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano e tendo como transversalidade em sua prática, sempre, a determinação social do processo de saúde e doença.

O egresso do curso médico da UFMG deve ter desenvolvido a capacidade de refletir criticamente sobre a sua atuação enquanto cidadão e profissional, reconhecendo a complexidade do contexto para a tomada de decisões, que deve ser embasada em evidências científicas, conciliando-as com segurança, responsabilidade social e uso racional de recursos. O estudante deve ser comprometido com o aprendizado contínuo, e identificar suas limitações, mas, procurando sempre superá-las, além de valorizar o trabalho em equipe, inclusive interprofissional, para um cuidado em saúde integral, com qualidade e segurança.

1.12. Perfil do Docente

Para bem formar os estudantes de hoje que serão os médicos que atuarão como profissional de saúde no século XXI, o professor deve ser técnica e cientificamente competente, além de possuir competências pessoais de comunicação, atuar com compromisso ético e cidadão em suas tomadas de decisão e reconhecer a importância do trabalho em equipe para um cuidado de qualidade. Mais do que deter informação e transmiti-las, deve incentivar o pensamento crítico de seu aluno, a autonomia e liderança. Para um adequado processo de ensino -aprendizagem o docente deve conhecer o Projeto Pedagógico do curso e conhecer as diretrizes nacionais sobre formação médica. Deve ter compromisso constante tanto com sua capacitação técnica como com sua função de professor que demanda conhecer e incorporar as metodologias educacionais próprias do aprendizado do adulto. Na formação médica, os docentes são corresponsáveis por apresentar os valores intrínsecos aos direitos humanos, e mediar o desenvolvimento de atitudes, motivação e práticas, assim como servir de modelo aos jovens aprendizes.

O docente deixa uma posição tecnicista e de transmissor de conhecimentos teórico-práticos e adota um modelo pedagógico centrado nos resultados, no que é suposto o estudante saber, ser e fazer quando terminar o curso. Para isso, o professor deve assumir sua responsabilidade, inclusive ética de avaliar. Para o êxito do processo avaliativo, os docentes precisam observar continuamente o desempenho dos estudantes, reconhecer as dificuldades que interferem na aprendizagem, proporcionar *feedback* imediato do desempenho e pactuar estratégias educacionais diferenciadas para a superação das fragilidades.

2. DA ESTRUTURA CURRICULAR

Neste capítulo é apresentada a estrutura curricular do curso de Medicina da UFMG, em consonância com as prescrições das Diretrizes Curriculares Nacionais, as proposições das Normas Gerais de Graduação para elaboração do currículo e o PDI da UFMG, que estabelece os princípios norteadores dos projetos pedagógicos, para todos os cursos da Instituição:

> *"O ensino de Graduação na UFMG visa conferir ao egresso uma formação acadêmico profissional com sólida fundamentação científica, tecnológica, artística e humanística, que lhe proporcione autonomia intelectual, capacidade crítica e de aprendizagem continuada, fornecendo-lhe a base para que desenvolva uma atuação ética, em acordo com as necessidades da sociedade. O aparato normativo interno à UFMG referente ao ensino de Graduação encontra-se consolidado nas Normas Gerais de Graduação, cuja versão mais recente foi aprovada pelo CEPE em fevereiro de 2018. De acordo com essas Normas, o ensino de Graduação será pautado por:*
> *a) articulação com a investigação científica, tecnológica, artística e cultural;*
> *b) interação permanente com a realidade social, econômica, cultural e ambiental do país e do mundo;*
> *c) esforço permanente de atualização das áreas de conhecimento;*
> *d) flexibilidade curricular que atenda tanto aos requisitos da formação específica, quanto à necessidade de diversificação na aquisição do conhecimento;*
> *e) integração entre os diversos cursos de Graduação, inclusive com a constituição de estruturas formativas compartilhadas entre cursos ou comuns a toda a Graduação na Instituição;*
> *f) integração com o ensino de Pós-Graduação."* (PDI 2018-2023, p.41)

2.1 Princípios Teóricos e Metodológicos

2.1.1. Concepção do Curso

Do ponto de vista conceitual, a formação médica tem como pilares a qualificação científica, a excelência técnica e a responsabilidade social, fundadas nos preceitos da ética. Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Medicina preconizam a formação médico-acadêmica com foco nas necessidades sociais de saúde e ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS).

O Ensino Médico da Faculdade de Medicina da UFMG concentra-se no território da Atenção Primária, entendida como integral, contínua, interdisciplinar, interprofissional e intersetorial, baseada nos princípios do SUS. A organização do curso médico se fundamenta na proposta de formação por competência, segundo as DCN, e os princípios de Flexibilização Curricular, conforme disposto no Projeto Pedagógico Institucional (PDI) da UFMG. Ensino, pesquisa e extensão devem, de forma orquestrada, proporcionar a formação consistente, do ponto de vista acadêmico e social. O projeto pedagógico do curso extrapola a perspectiva curricular, incorporando as dimensões acadêmicas de política institucional e da sociedade no seu conjunto.

O horizonte das metodologias de ensino é o da busca da aprendizagem significativa, na qual o aluno possa empreender a relação entre os temas e teorias e o contexto de sua atuação escolar presente e sua inserção

profissional futura. Essa orientação estimula a correlação entre o conhecimento produzido e as ações práticas sobre a realidade da situação de saúde na qual o aluno se encontra inserido desde o início do curso.

2.1.2. O eixo do modelo didático-assistencial: Atenção Primária à Saúde

A adequação da formação aos preceitos do humanismo na prática médica, estimulando a atenção integral às necessidades de saúde dos indivíduos, constitui o princípio fundamental do currículo. Para o enfrentamento dos desafios de consolidação da integralidade na atenção à saúde, com a compreensão da importância da Atenção Primária à Saúde (APS), os alunos estão inseridos na rede SUS desde o início de sua formação. A ênfase na APS possibilita a compreensão do processo de adoecimento para além das causas biológicas, entendendo os determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença.

O currículo atual promove a inserção dos estudantes na APS (Unidades Básicas de Saúde do SUS) durante seis semestres (2º, 3º, 4º, 7º, 8º, 11º períodos), com ações de atenção à saúde individual e coletiva do início ao final do curso. O aluno é estimulado a exercer sua capacidade de compreensão, estruturação dos problemas e busca por soluções. O exercício da reinterpretação e do olhar crítico é o foco principal, atuando o professor como facilitador para que a aprendizagem se faça de maneira estimulante.

2.1.3. Flexibilização curricular

A flexibilização curricular é compreendida como a possibilidade de o aluno definir o seu percurso e escolher sua trajetória através dos diversos núcleos da estrutura curricular, de modo a compatibilizar sua formação universitária com as suas potencialidades enquanto pessoa e cidadão. A flexibilização tem como objetivo principal oferecer ao aluno a possibilidade de ampliar os horizontes do conhecimento e adquirir uma visão crítica que lhe permita extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação. Há o aproveitamento de várias atividades acadêmicas científicas e culturais desenvolvidas pelo aluno na forma de organização ou participação em eventos, participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, entre outras.

2.1.4. Inserção de conteúdos de Ética e Bioética ao longo do curso

A formação ética deve ser entendida como um processo que conduz o sujeito à reflexão sobre situações cotidianas, envolvendo dilemas morais. O futuro profissional tem a oportunidade de se sensibilizar para considerar a singularidade de cada situação diante de decisões e avaliações, bem como se responsabilizar pelas escolhas feitas e pelas suas consequências. Para o desenvolvimento da competência de juízo moral nos processos formativos, os professores devem ampliar, para além da transmissão de informações, a reflexão sobre o compromisso social e ético e buscar a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos. Os valores morais necessitam deixar de ser impostos por agentes externos e converterem-se em diretrizes internas, legitimadas pela própria pessoa, desenvolvidos por meio de uma reflexão crítica, responsável, autônoma e criativa de cada sujeito. Mais do que aprender teorias ou discutir os grandes filósofos, os alunos devem ser

tocados, de modo a despertar sentimentos e atitudes que os levem a valorizar convicções humanistas e humanitárias e adotar comportamentos justos e empáticos como elementos essenciais da boa prática médica, tornando-se moralmente competentes. A valorização de conteúdos humanísticos e de desenvolvimento de competência moral, compreendida como a capacidade de julgar e tomar decisões segundo princípios internos, é uma habilidade que pode e deve ser construída ao longo da vida.

Além da inserção sistemática de conteúdos de ética nas atividades teórico-práticas obrigatórias ou optativas, do 1º ao 12º período, o curso oferta as atividades acadêmicas curriculares obrigatórias de Conferências de Ética e Bioética, no 6o. período, com temáticas que abordam os direitos humanos, e Ética Médica, no 7º período, com discussão em pequenos grupos.

2.1.5. Incentivo à liderança e gestão em saúde

Entre as competências gerais destacadas nas DCN, encontram-se a liderança no trabalho em equipe e a habilidade para administração e gerenciamento tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos, materiais e de informação. O curso oferece, nas atividades acadêmicas curriculares clínicas realizadas em cenários de prática, a oportunidade para o trabalho em equipe multiprofissional na resolução dos problemas da prática cotidiana, além de oferecer a atividade acadêmica curricular Gestão do Sistema de Saúde, cursada durante o Estágio de Saúde Coletiva.

2.1.6. Contato do estudante com princípios de metodologia científica e de pesquisa

As DCNs estabelecem que o estudante deve conhecer os princípios da metodologia científica possibilitando a leitura crítica de artigos técnico-científicos e participação na produção do conhecimento. O curso oferece diversas oportunidades de Iniciação Científica e integraliza créditos com essa atividade. As AACs obrigatórias de Introdução à Pesquisa Científica I e II abordam os princípios de metodologia científica, busca e interpretação de evidências, organização de banco de dados e fundamentos de bioestatística.

2.1.7. Fundamentos do método de ensino-aprendizagem no ciclo pré-clínico

O ciclo pré-clínico compreende os três primeiros períodos do curso e é um momento de adaptação do estudante à vida na universidade. Trata-se de um momento privilegiado para a construção da vida acadêmica e deve ser alvo de atenção e cuidado com as propostas pedagógicas e gestão do tempo, visando bem-estar e saúde. Para melhor integração dos conteúdos dos ciclos pré-clínico e profissional, há contato precoce no primeiro ciclo, dos alunos com a comunidade, com a rede e os serviços de saúde e com os laboratórios de pesquisa, valorizando a contextualização de conteúdos teóricos. A contextualização é potencializada pela integração com as atividades acadêmicas curriculares de Iniciação à Atenção Primária em Saúde I, II e III. As atividades acadêmicas curriculares do ciclo pré-clínico devem realizar ajustes periódicos de conteúdos e práticas essenciais para a formação médica e implementar atividades integradoras com participação de professores da área clínica que possibilitem a aplicação dos conhecimentos da área básica.

2.1.8. Estratégia de ensino de urgência e emergência

Os egressos dos cursos médicos devem estar preparados para "*atuação autônoma e competente nas situações de emergência mais prevalentes de ameaça à vida"* (DCN, 2014). O ensino de urgência deve permear todo o curso médico, com incentivo à discussão dos fatores de risco para complicações clínicas e cirúrgicas e da definição de momentos privilegiados para ensino de urgência nas atividades acadêmicas curriculares "Atendimento Pré-hospitalar e Primeiros Socorros" , no início do curso, e "Suporte de Vida em Urgência e Emergência", no ciclo clínico, com plantões nos estágios das quatro áreas básicas (Clínica Médica, Clínica Pediátrica, Ginecologia e Obstetrícia e Clínica Cirúrgica) e em dois Estágios de Urgência e Emergência no último ano.

2.1.9. Integração entre as atividades acadêmicas curriculares

Em 2011, o Colegiado propôs e aprovou resolução instituindo a coordenação de período, do 1° ao 8° períodos. Esses coordenadores fazem parte do Núcleo de Educação Médica, que se reúne periodicamente para discutir a integração de conteúdos e práticas e organizam as atividades integradoras entre as atividades acadêmicas curriculares do mesmo período, como seminários, oficinas e avaliações integradas. A coordenação de período também é responsável pela gestão do tempo e organização das atividades dos estudantes na semana e ao longo do semestre.

2.1.10. Definição de Atividade Prática, Teórica e Ensino a Distância

O curso de Medicina é presencial, com forte componente de atividades práticas e inserção em serviços de saúde do SUS há várias décadas. Não obstante o caráter prático-assistencial do curso, os avanços tecnológicos podem proporcionar um processo de ensinar e aprender mais interativo e dinâmico. O ensino a distância (EaD) ou o ensino presencial com apoio de tecnologias digitais de comunicação e informação (TDIC) se apresentam como alternativas para atender às necessidades de formação, com maior flexibilidade de tempo e espaço. O uso de TDIC, assim como as práticas em laboratórios de habilidades de simulação são utilizadas como recursos pedagógicos complementares que buscam o aprimoramento de competências essenciais e facilitam a inserção dos estudantes nos serviços de uma forma ética e respeitosa. Nesse sentido, a organização de escalas e rodízios entre atividades presenciais nos serviços de saúde alternadas com atividades na Faculdade de Medicina ou com apoio de TDIC, teóricas ou práticas de simulação, são uma estratégia recomendada para o melhor aproveitamento do tempo dos estudantes e dos espaços nos serviços de saúde.

No curso de Medicina da UFMG, atividade prática é definida a partir das seguintes características:

- O estudante atua, sendo protagonista da atividade prática e não apenas espectador;
- A situação em que o estudante atua é realista, significativa para sua atuação profissional futura, e ocorre em cenário real ou simulado;
- A atividade prática envolve posicionamento e tomada de decisões, assim como levantamento e solução de problemas;

- A atividade prática apresenta ao aluno tarefas e/ou habilidades que serão requeridas em sua futura atuação profissional;
- A atividade prática visa sedimentar os conhecimentos teóricos adquiridos;
- Ao simular situações de urgência, treinam-se respostas rápidas e automatizadas.

Em consonância com as recomendações das DCNs e das evidências científicas em educação médica, deve-se priorizar o uso de metodologias ativas nas atividades teóricas, com protagonismo do estudante. Quando as atividades teóricas forem exclusivamente expositivas (não dialogadas), a duração da aula não deveria exceder 50 minutos, quando presenciais, e 25 minutos, quando em formato de videoaulas.

Na UFMG é permitida a oferta de atividades acadêmicas curriculares (AAC) na modalidade a distância, observando-se os critérios da Resolução CEPE nº 13/2018. A carga horária a distância não pode ultrapassar 20% da carga horária total do curso, garantindo, assim, o cumprimento do Art.2º Parágrafo 1° da Resolução CEPE/UFMG nº 13/2018. As AAC a distância deve prever pelo menos um encontro presencial e uma avaliação presencial.

O departamento ofertante deve informar no documento de anuência a carga horária a distância da atividade acadêmica curricular sob sua responsabilidade, em múltiplos de 15 horas, assim como deve constar na oferta no SIGA e no programa da AAC. Para o curso de Medicina, deve-se observar as seguintes recomendações adicionais:

- A atividade a distância deve ser inserida no Moodle, acompanhada e avaliada pelo docente responsável pela turma;
- A carga horária da atividade a distância deve estar contemplada na carga horária teórica da AAC prevista na estrutura curricular.
- A oferta de AAC a distância deve ser realizada com recursos adequados, de boa qualidade e preferencialmente com metodologias ativas de aprendizagem, a exemplo da sala de aula invertida.
- A carga horária de aulas práticas não deve ser ofertada por atividades a distância.

O curso de Graduação em Medicina da UFMG oferta atividades acadêmicas curriculares com carga horária a distância, listadas no Quadro 1, sendo uma obrigatória: Conferências de Ética e Bioética (15 horas), que representa 0,2% da CH total do curso. Dentre as 174 AAC optativas do curso, há 20 AAC com carga horária a distância. Nessas atividades a distância, a tutoria é realizada pelos próprios docentes do curso de medicina que recebem encargos didáticos atribuídos pelos Departamentos conforme as normativas da UFMG (Resolução CEPE no 13/2018). Os docentes são capacitados para usar a Plataforma *Moodle* da UFMG, especialmente os fóruns de discussão e as atividades avaliativas, e o *Microsoft Teams* para interação por meio de reuniões virtuais. Destacam-se as diversas oficinas de desenvolvimento docente do Núcleo de Educação da Faculdade de Medicina e o Programa Integração Docente na UFMG, em especial durante o período de ensino remoto emergencial da pandemia, que promoveram as habilidades e atitudes necessárias para o corpo docente atuar com as TDIC no processo de ensino. A Conferências de Ética e

Bioética é ofertada com carga horária a distância desde 2014, o que reflete uma experiência acumulada de 10 anos.

Quadro 1 - Relação de Atividades com Carga Horária a Distância

Atividade Acadêmica Curricular		Carga Horária (CH)		
		Não Presencial	Presencial	Total
PATOLOGIA DAS DOENÇAS BACTERIANAS	Optativa	30	15	45
PATOLOGIA DAS DOENÇAS FÚNGICAS	Optativa	30	15	45
PATOLOGIA DAS DOENÇAS PARASITÁRIAS	Optativa	30	15	45
PATOLOGIA DAS DOENÇAS VIRAIS	Optativa	30	15	45
CIRURGIA PEDIÁTRICA	Optativa	15	15	30
INFORMAÇÃO E DECISÃO EM SAÚDE	Optativa	45	0	45
FUNDAMENTOS DE LIBRAS	Optativa	60	0	60
CONFERÊNCIAS DE ÉTICA E BIOÉTICA	Obrigatória	15	0	15
TÓPICOS EAD EM MEDICINA A	Optativa	15	0	15
TÓPICOS EAD EM MEDICINA B	Optativa	30	0	30
TÓPICOS EAD EM MEDICINA C	Optativa	45	0	45
TÓPICOS EAD EM MEDICINA D	Optativa	60	0	60
TÓPICOS ESPECIAIS B	Optativa	15	15	30
TÓPICOS ESPECIAIS C	Optativa	15	30	45
TÓPICOS ESPECIAIS D	Optativa	30	30	60
PHYSICIANS HEALTH AND MEDICAL PROFESSION	Optativa	30	0	30
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	Optativa	30	0	30
OTONEUROLOGIA	Optativa	15	0	15
OTORRINOLARINGOLOGIA PEDIÁTRICA	Optativa	15	0	15
URGÊNCIA EM OTORRINOLARINGOLOGIA	Optativa	15	0	15
FARMACOLOGIA DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL	Optativa	60	0	60
Percentual de CH não presencial em relação à CH total do curso:		8,64%		

2.1.11. Inovação dos métodos de ensino e aprendizagem e avaliação discente

A Educação Permanente e o Desenvolvimento Docente, em especial no que se refere à Educação Médica, devem ser valorizadas, promovendo espaços concretos para o aprimoramento docente e incentivo para melhoria contínua dos métodos de ensino. Com o objetivo de avaliar a eficácia do processo de ensino-aprendizagem do curso médico no sentido de formar profissionais mais qualificados para atender os princípios de mérito técnico e científico e responsabilidade ético/social e levando em consideração o disposto nas DCN para o Curso de Medicina, define-se a avaliação como uma estratégia que deve resultar no aprimoramento da educação do estudante, e não um fim em si mesmo. Nesse sentido a avaliação deve ocorrer em diferentes momentos do curso, por meio de variados instrumentos, que sejam capazes de aferir a incorporação de conhecimentos, habilidades e atitudes. A avaliação deve ser formativa e contínua e o avaliado deve receber

retorno analítico de seu desempenho. A avaliação certificativa do estudante deve ser referenciada a critérios. Cabe aos departamentos divulgarem, no início de cada período letivo, os objetivos educacionais, programas, competências esperadas e sistema de avaliação de suas AACs.

2.1.12. A Saúde Digital na Formação Médica

A saúde digital é um campo de conhecimento e prática associado ao uso das tecnologias digitais para melhorar a saúde das pessoas. Reúne em um só termo a saúde eletrônica (eHealth), a saúde móvel (mHealth) e telessaúde, incluindo aplicações de mineração de dados, genômica e inteligência artificial. A Organização Mundial de Saúde considera a Saúde Digital como uma prioridade de saúde para todos os países, pelo potencial de beneficiar as pessoas de forma ética, segura, confiável, equitativa e sustentável. Para isso, direcionou uma estratégia global de incorporação das tecnologias digitais, reconhecendo sua importância na elaboração de políticas públicas para prover saúde para todos, em todos os lugares e em todas as idades.

No país, a Estratégia de e-Saúde para o Brasil do Ministério da Saúde aponta para a importância das aplicações de informática na redução das ineficiências na prestação de cuidados, melhorando o acesso, reduzindo custos, aumentando a qualidade e tornando a medicina mais personalizada, participativa e precisa. Uma das mais importantes vertentes da estratégia de Saúde Digital do Governo Federal é a integração dos dados de saúde das pessoas através do Programa Conecte SUS, que visa reunir tais informações em uma grande Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS). Dessa forma, os profissionais de saúde e gestores terão mais eficiência na assistência e na continuidade do cuidado ao cidadão em qualquer tempo e lugar, direcionando as tomadas de decisão com base em dados qualificados. Como exemplo dos avanços, o e-SUS Atenção Primária à Saúde já alcançou em muito a estruturação das informações da Atenção Primária em nível nacional, de forma alinhada os demais Sistemas de Informação em Saúde do Ministério da Saúde, entendendo que a qualificação da gestão da informação é fundamental para ampliar a qualidade no atendimento à população.

Espera-se que a Saúde Digital possa apoiar o autocuidado, os médicos e toda equipe de profissionais de saúde na prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças e aos gestores de saúde na programação de ações de prevenção e organização da assistência à saúde, otimizando a utilização de recursos e melhorando a saúde das pessoas e das populações. Mas, para que tais avanços tecnológicos de fato beneficiem a saúde alinhados aos princípios de transparência, acessibilidade, escalabilidade, replicabilidade, interoperabilidade, privacidade, segurança e confidencialidade, há que se cuidar da formação das pessoas que usam as tecnologias. A capacitação dos profissionais de saúde, e em especial a do médico, é um elemento fundamental para o sucesso da ação transformadora da tecnologia digital empregada nos cenários assistenciais, assim como nos ambientes de ciência e inovação. Para isso, o desenvolvimento de competências profissionais específicas para o manuseio adequado da informação clínica em formato digital e das tecnologias relacionadas é elemento fundamental. E os formatos e sistemas são múltiplos envolvendo texto, imagens, sinais biológicos, sons e vídeo em sistemas conectados pela internet que promovem o acesso integrado e remoto dos seus usuários.

Em um encontro clínico, por exemplo, a habilidade de coletar, registrar e interpretar adequadamente as informações demanda mais do que um ouvido atento e interessado. Ela exige um engajamento do profissional de saúde na utilização dos recursos digitais, aliado ao conhecimento técnico dessas ferramentas e treinamento. Há muito já se discute nacionalmente os objetivos de aprendizagem da formação em Saúde Digital, com base no modelo de competências. O estado atual do direcionamento da formação do médico nesta área reflete a análise de experiências nacionais e internacionais de ações formativas com o mesmo propósito. A partir destas experiências, das necessidades do mercado de trabalho do médico seja no SUS ou na Saúde Suplementar e da análise das propostas de ensino em grandes universidades pelo mundo e discutidas nas sociedades científicas, os objetivos de aprendizagem em Saúde Digital para o médico são:

- Adquirir competência em literacia e alfabetização digital: capacidade de adquirir, avaliar, comunicar, compreender e agir com base nas informações de saúde de fontes digitais; e criar informações de saúde em todos os contextos de cuidados de saúde com o objetivo de manter ou melhorar a qualidade de vida ao longo da existência.
- Adquirir competência em literacia em dados biomédicos: conceitos, coleta, gerenciamento, avaliação e aplicações.
- Fazer bom uso de recursos tecnológicos e dos processos próprios das tecnologias digitais aplicadas à saúde, com base em transparência e aplicabilidade.
- Ser capaz de avaliar a eficácia, vantagens, limitações e graus de maturidade das tecnologias digitais em saúde nos inúmeros cenários de aplicação em saúde.
- Conhecer e praticar princípios éticos e legais para o uso das tecnologias digitais aplicadas à saúde: privacidade, segurança do paciente e do profissional, justiça e não-discriminação, controle humano da tecnologia, responsabilidade profissional, promoção de valores humanísticos.

A Faculdade de Medicina da UFMG é referência nacional na formação continuada de profissionais em diversas áreas da saúde digital e disponibiliza AAC optativa na graduação sobre o tema, com denominação “Tópicos em Ginecologia e Obstetrícia”, de conteúdo variável, desde 2015. No entanto, urge que mais estudantes de medicina tenham a oportunidade de adquirir as competências indispensáveis próprias da Saúde Digital, frente a um mercado imerso nesta tecnologia e à tendência crescente de sua utilização impulsionada pela pandemia. Além disso, o Centro de Inovação e Inteligência Artificial para Saúde com sede na UFMG que oficialmente se inicia em 2022 tem um plano formativo que envolve a literacia digital na graduação, pós-graduação e educação continuada.

2.2 Configuração curricular

2.2.1. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso é a articulação de atividades acadêmicas curriculares (AAC), classificadas em disciplinas, estágios, projetos, programas e eventos, de natureza obrigatória ou optativa,

organizadas de modo a possibilitar ao estudante a construção de sua trajetória. As Normas Gerais da Graduação (NGG) na UFMG definem que a estrutura curricular é dividida em quatro **Núcleos: Específico, Complementar, Geral e Avançado**.

De acordo com art. 41 das NGG, todo curso deve garantir a existência dos quatro núcleos em sua estrutura curricular. Assim, a estrutura curricular é organizada em um ou mais percursos curriculares que compreendem o Núcleo Específico do curso de Medicina (conhecimentos e habilidades básicos e profissionais que definem a identidade do curso) e pelo menos mais um outro núcleo. O Colegiado de curso é responsável por articular, estimular e orientar o estudante na integralização curricular, além de gerenciar os percursos e o elenco de atividades em cada núcleo.

Núcleo Específico (NE) - é constituído pelos **saberes característicos do curso**, contemplando a aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para o desenvolvimento das competências esperadas na **área de atuação do egresso**. Neste núcleo, são ofertadas as AAC do curso, de natureza obrigatória ou optativa. As AAC optativas oferecem aos alunos a opção de ampliar o conhecimento em áreas específicas e são ofertadas pelo Curso de Medicina. O elenco das AACs optativas do curso (Quadro 8) foi definido a partir da identificação de conteúdo e práticas não incluídas na estrutura das AACs obrigatórias. As Atividades Acadêmicas Complementares (AACp) são atividades realizadas para enriquecimento curricular e integralização do curso médico e estão detalhadas no item 2.3.

Núcleo Geral (NG): é composto por atividades acadêmicas curriculares que abordem temas de **amplo interesse,** para a formação intelectual, crítica e cidadã em um sentido amplo, escolhidas pelo estudante dentre aquelas que ofertarem vagas a estudantes de todos os cursos na UFMG.

Núcleo Complementar (NC) – é constituído por conjuntos articulados de atividades acadêmicas curriculares que propiciem ao estudante a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes em **campos do conhecimento diferentes** daqueles característicos do seu curso. É integralizado por meio de estruturas formativas de formação complementar, como por exemplo as formações transversais, ou pela formação complementar aberta. A Formação Transversal é um tipo especial de estrutura formativa de formação complementar, disponível para estudantes de todos os cursos de graduação da UFMG, cujas AAC constituintes são articuladas por meio de temáticas de interesse geral, visando incentivar a formação de espírito crítico e de visão aprofundada em relação a grandes questões do país e da humanidade. No percurso 2, a FT cursada integralmente pode integralizar o **Núcleo Complementar**. No percurso 1, padrão, a FT cursada parcialmente pode ser utilizada para integralizar o **Núcleo Geral.** As formações transversais são regulamentadas por meio da Resolução CEPE n°01/2020 de 08 de outubro de 2020. Atualmente, a UFMG oferta nove Formações Transversais:

1. FT em Saberes Tradicionais
2. FT em Divulgação Científica
3. FT em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira
4. FT em Culturas em Movimento e Processos Criativos (2016/02),
5. FT em Direitos Humanos
6. FT em Empreendedorismo e Inovação

7. FT em Gênero e Sexualidade: Perspectivas Queer / LGBTI
8. FT em Acessibilidade e Inclusão
9. FT em Estudos Internacionais

Núcleo Avançado (NA): constituído por conjunto de atividades curriculares integrantes de currículos de cursos de **pós-graduação da UFMG** acessíveis e disponíveis aos estudantes de graduação.

2.2.2. Organização curricular

A organização do curso de medicina da UFMG é semestral, com terminalidade em 12 semestres letivos e sistema de créditos (1 crédito corresponde a 15 horas).

A carga horária total (CHT) do curso de medicina da UFMG, a partir da aprovação deste PPC, será de **7.290 horas**, atendendo ao mínimo de 7200 horas das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES no 02/2007), distribuída como mostrado no quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição da Carga Horária do Curso

Atividade Acadêmica Curricular (AAC)	Carga horária
AAC obrigatórias do curso (NE), distribuídas em 3 ciclos:	
1. Ciclo Pré-clínico (1° ao 3° período)	1.305 horas
2. Ciclo Clínico Ambulatorial (4° ao 8° período)	2.760 horas
3. Ciclo Clínico dos Estágios e Extensão (9° ao 12° período)	2.805 horas
AAC de livre escolha do estudante, conforme percurso curricular escolhido. Compreendem AAC optativas/complementares do NE e outras do NA, NG ou NC.	420 horas
TOTAL:	**7.290 horas**

NE: Núcleo Específico; NA: Núcleo Avançado; NG: Núcleo Geral; NC: Núcleo Complementar.

O calendário acadêmico da UFMG obedece a exigência legal de 200 dias letivos. Nesse calendário, o semestre letivo é organizado em semanas. No curso de medicina, o número de semanas do semestre letivo atende à necessidade de aproximação progressiva do calendário escolar às demandas relacionadas à assistência nos serviços onde se desenvolvem as atividades curriculares, sejam unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, ambulatórios ou hospitais. O período de recesso não deve comprometer o vínculo com o serviço e a população assistida. Além disso, é necessário considerar na definição do número de semanas do semestre, a distribuição da densa carga horária do curso médico, de modo a preservar as áreas livres para estudo e descanso durante a semana.

No ciclo pré-clínico, do 1º ao 3º período, o período letivo tem 15 semanas, seguindo o calendário geral da UFMG. Do 4º ao 8º período, ciclo ambulatorial, o número de semanas foi definido em 18 semanas/período para as AACs clínicas assistenciais ou para aquelas com conteúdo programático mais extenso. Para as demais,

fica mantido 15 semanas/período. Dessa forma, é possível propiciar diluição das provas finais das AACs em cada período, o que facilita a organização do estudo dos alunos, além de criar um tempo protegido para atividades integradoras nas 16a. e 17a. semanas. No ciclo dos estágios, do 9º ao 12º período, a duração é de 24 semanas/período – 12 semanas/estágio; com calendário contínuo e férias de uma semana por trimestre.

Dessa forma, contabilizam 231 semanas [(15 X 3 períodos) + (18 x 5 períodos) + (24 x 4 períodos)] para concluir o curso, com média de 31 horas semanais de AAC. A grade de horários no sistema de matrícula deve preservar dois turnos livres por semana ("áreas verdes"). Vale ressaltar que a carga horária é menor no início do curso e aumenta no ciclo de estágios.

2.3 Atividades Acadêmicas Complementares

Além das atividades acadêmicas do tipo Disciplina de Graduação (DIG), a carga horária de optativas pode ser integralizada através de Atividades Acadêmicas Complementares (AACp). As Atividades Acadêmicas Complementares são "*um conjunto de práticas integradoras de natureza científica, tecnológica, artística ou humanística para enriquecimento curricular que, no âmbito de ensino, pesquisa, ou extensão, proporcionem progressiva autonomia intelectual e profissional ao estudante"* (Resolução CG 02/2019).

O estudante deve integralizar o número de créditos no subgrupo de optativas Formação em Extensão (G2) e Atividades Acad6emicas Complementares (G3) previsto na sua versão curricular, de acordo com os valores mínimo e máximo definidos em seu percurso curricular (ver Quadro 6, no item 2.6 – Percursos Curriculares). A carga horaria mínima de Formação em Extensão é 90 horas (6 créditos – Programa de Iniciação à Extensão A) para os dois percursos curriculares. Além das 90 horas de Formação em Extensão, o estudante no percurso I (padrão) deve integralizar pelo menos mais 60 horas em AACp de livre escolha no subgrupo de optativas G3. A forma de integralização curricular das AACp está definida no Regulamento do Curso, capítulo III do Título II. São AACp no curso médico da UFMG:

Quadro 3 – Atividades Acadêmicas Complementares

Nome	Carga Horária	Tipo*	M*	Definição
Programa de Iniciação à Docência A	90	PGG	P	Programa de iniciação à docência compreende a participação em monitoria e projetos de ensino da graduação em curso de medicina.
Programa de Iniciação à Docência B	180	PGG	P	Programa de iniciação à docência compreende a participação em monitoria e projetos de ensino da graduação em curso de medicina.
Programa de Iniciação à Pesquisa A	90	PGG	P	Programa de iniciação à pesquisa compreende a participação em projetos de pesquisa, voltados à investigação científica na área da saúde e afins.

Programa de Iniciação à Pesquisa B	180	PGG	P	Programa de iniciação à pesquisa compreende a participação em projetos de pesquisa, voltados à investigação científica na área da saúde e afins.
Programa de Iniciação à Extensão A	90	PGG	P	Programa ou projeto de extensão orientado por docente, registrado no SIEX, em temáticas diversas na área da saúde e afins.
Programa de Iniciação à Extensão B	90	PGG	P	Programa ou projeto de extensão orientado por docente, registrado no SIEX, em temáticas diversas na área da saúde e afins.
Participação em Eventos A	15	EVG	P	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, painéis, cursos de curta duração, jornadas acadêmicas, mostras das profissões e similares, na qualidade de ouvinte.
Participação em Eventos B	30	EVG	P	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, painéis, cursos de curta duração, jornadas acadêmicas, mostras das profissões e similares, na qualidade de apresentador ou organizador.
Participação em Liga Acadêmica A	60	PJG	P	Participação em atividades que objetivam o aprimoramento científico, cultural e social, assim como ações de educação em saúde, protagonizadas pelos estudantes, organizadas por especialidades e temas na área da saúde e afins.
Participação em Liga Acadêmica B	120	PJG	P	Participação em atividades que objetivam o aprimoramento científico, cultural e social, assim como ações de educação em saúde, protagonizadas pelos estudantes, organizadas por especialidades e temas na área da saúde e afins.
Participação em Grupo de Estudos A	60	PJG	P	Participação em grupos organizados por estudantes que se reúnem para estudar e debater temas relacionados à medicina e áreas afins.
Participação em Grupo de Estudos B	120	PJG	P	Participação em grupos organizados por estudantes que se reúnem para estudar e debater temas relacionados à medicina e áreas afins.
Estágio Não Obrigatório A	90	ETG	P	Participação em estágio curricular não obrigatório, caracterizado por treinamento em serviço de saúde ou outro equipamento da área da saúde, sob supervisão.
Estágio Não Obrigatório B	180	ETG	P	Participação em estágio curricular não obrigatório, caracterizado por treinamento em serviço de saúde ou outro equipamento da área da saúde, sob supervisão.
Publicação de Trabalho Científico A	15	PJG	P	Participação como autor em publicação de trabalho científico.

Publicação de Trabalho Científico B	30	PJG	P	Participação como autor em publicação de trabalho científico.
Publicação de Trabalho Científico C	45	PJG	P	Participação como autor em publicação de trabalho científico.
Proficiência em Língua Estrangeira	45	PJG	P	Certificação de proficiência em língua estrangeira.
Coordenação Estudantil em Liga Acadêmica ou Grupo de Estudo	30	PJG	P	Atuação de coordenação, acompanhamento e avaliação das Ligas Acadêmicas e dos Grupos de Estudo da Faculdade de Medicina da UFMG.
Representação Estudantil A	60	PJG	P	Participação em entidades, organizações ou órgãos colegiados com a finalidade de representar e dar voz aos estudantes.
Representação Estudantil B	120	PJG	P	Participação em entidades, organizações ou órgãos colegiados de representar e dar voz aos estudantes.
Atividades Acadêmicas Culturais E Esportivas A	60	PGG	P	Participação em atividades culturais ou esportivas desenvolvidas no âmbito da UFMG ou em outras instituições de ensino superior reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação.
Atividades Acadêmicas Culturais E Esportivas B	120	PGG	P	Participação como coordenação discente em atividades culturais ou esportivas desenvolvidas no âmbito da UFMG ou em outras instituições de ensino superior reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação.
Atividades Acadêmicas Especiais A	15	EVG	P	Participação em outras atividades acadêmicas cursadas na UFMG ou em outras instituições de ensino superior reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação ou instituições internacionais conveniadas com a UFMG, aprovadas pelo Colegiado.
Atividades Acadêmicas Especiais B	30	EVG	P	Participação em outras atividades acadêmicas cursadas na UFMG ou em outras instituições de ensino superior reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação ou instituições internacionais conveniadas com a UFMG, aprovadas pelo Colegiado.
Atividades Acadêmicas Especiais C	60	EVG	P	Participação em outras atividades acadêmicas cursadas na UFMG ou em outras instituições de ensino superior reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação ou instituições internacionais conveniadas com a UFMG, aprovadas pelo Colegiado.

*M - Modalidade; P - Presencial.

*Tipo: ETG: Estágio; EVG: Evento; PGG: Programa; PJG: Projeto.

2.4 Integração Ensino-Serviço na Rede SUS e Estágios

A integração ensino-serviço é o eixo estruturante do curso de medicina da UFMG. Esse processo se inicia no segundo período e atravessa todo o percurso acadêmico, o que demanda diferentes cenários da rede de serviços de saúde SUS, com ênfase na Atenção Primária (APS). A maioria das atividades acadêmicas curriculares do curso de Medicina da UFMG se desenvolve na rede de serviços do SUS, seja o complexo hospitalar e ambulatorial próprio do Hospital das Clínicas e do Hospital Risoleta Neves, ou em unidades conveniadas das redes de saúde municipal e estadual.

As atividades práticas assistenciais e de promoção à saúde desenvolvidas na **Atenção Primária do SUS** (APS) ocorrem ao longo de todo o curso. No 2º, 3º e 4º períodos, representam 180 horas (Introdução à Atenção Primária à Saúde, IAPS I, II e III). No 7º e 8º períodos, contabilizam 450 horas (Clínica Médica IV, Pediatria IV e V, Atenção Primária à Saúde da Mulher e Saúde Mental em Cuidados Primários). No 11º período, há 330 horas no Estágio em Saúde Coletiva ("Internato Rural"). Portanto, a carga horária desenvolvida na Rede de Atenção Primária do SUS **compreende 960 horas.**

As AACs obrigatórias de IAPS representam um elo integrador, vinculando aspectos de conteúdos de AACs estruturantes do ciclo pré-clínico com o ambiente da atenção primária, propiciando visão crítica e contextualização dos conteúdos teóricos.

O ciclo clínico ambulatorial, do 4o ao 8o período, compreende AACs que englobam as principais áreas da prática médica e os ciclos da vida, onde se realiza a prática docente-assistencial e desenvolve-se a relação professor-aluno-paciente-serviço. As seguintes áreas são contempladas: clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia, saúde mental. As AACs acontecem em ambulatórios próprios do Hospital das Clínicas e nos Centros de Saúde (ou Unidade Básica de Saúde) da Rede Municipal de Saúde de Belo Horizonte (RMS/BH). A organização deste último cenário é coordenada pelo Núcleo de Atenção Primária da Faculdade que define os planos de trabalho e os termos de compromisso. As AACs obrigatórias em campos de prática do 4o ao 8o período são supervisionadas diretamente por um docente em tempo integral, responsável tanto pelo ensino como pela assistência aos pacientes.

A formação em Medicina inclui, como etapa integrante da graduação, o estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime de internato, sob supervisão, em serviços próprios, conveniados ou em regime de parcerias com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde (DCN, 2014).

Na UFMG, o ciclo de **Estágios** corresponde aos dois últimos anos do curso de Medicina e é caracterizado pela vivência profissional por meio de práticas de assistência e promoção à saúde supervisionadas diretamente por docentes ou profissionais que atuam nos serviços de saúde e sempre orientadas por docentes da UFMG. É etapa essencial da formação médica, em que são consolidadas as competências necessárias para a futura atuação como médico generalista ou para o ingresso em Residência Médica, em diferentes contextos do trabalho em saúde, prioritariamente nos cenários do Sistema Único de Saúde.

No período dos estágios, o estudante deve demonstrar compromisso com a busca da excelência técnica, atitude ética, profissionalismo e responsabilidade social. Trata-se de uma fase de transição entre o modo de atuação na graduação com supervisão direta em tempo integral e a vida profissional. Dessa forma, a autonomia, no sentido de agir com mais liberdade e assumir a responsabilidade por suas ações, deve ser incentivada, respeitando-se os limites legais do exercício profissional. Orientadores e supervisores devem estar atentos a essa característica de transição que pode ser acompanhada de inseguranças e angústias. Soma-se a isso a incerteza relacionada à preparação para inserção no mundo do trabalho e as expectativas e pressões dos concursos para residência médica, sendo um momento de vulnerabilidade para a saúde mental e bem-estar dos estudantes. O planejamento das atividades dos internatos deve contemplar todos esses aspectos com adequada organização do tempo, dos conteúdos e com um processo de avaliação formativa, justa e coerente.

O ciclo dos estágios compreende atividades acadêmicas curriculares hospitalares e ambulatoriais, em atenção primária, secundária, terciária, urgência, propedêutica contextualizada e interconsulta psiquiátrica. Os estágios obrigatórios são estruturados na lógica do treinamento em serviço, em regime de internato sob supervisão, onde o estudante se insere em vários cenários de prática, e vincula-se às equipes assistenciais. O treinamento prático é supervisionado por profissional médico, que pode ser ou não o professor. No caso de preceptor do serviço de saúde, há sempre um docente orientador, como preconizado pelas DCN e pela Lei de Estágio.

A avaliação de conhecimentos, habilidades e atitudes é integrada com os profissionais do serviço diretamente envolvidos no treinamento. É realizada uma prova prática no modelo OSCE, a qual inclui uma devolutiva. O Regulamento do Curso apresenta regras específicas para o período de internatos, visando a promoção do profissionalismo e compromisso ético.

A carga horária total das AAC obrigatórias no ciclo de estágios compreende 2.550 horas, ou seja, 35% da carga horária total do curso (2.550h/7.290h = 35%). No quadro 4 estão relacionados às AAC obrigatórias do ciclo de estágios. Destacamos:

- A carga horária total do ciclo de estágios desenvolvidas em AAC práticas na rede do SUS em Atenção Primária (Estágio em Saúde Coletiva - Internato Rural, 330h) e na Urgência e Emergência (Estágio em Urgência e Emergência I e II, 11ºp e 12ºp, 660h) representa 39% da carga horária total do ciclo de estágios (2.550h).
- No ciclo de estágios, estão contempladas as áreas essenciais de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria, Saúde Coletiva e Saúde Mental, em atividades eminentemente práticas e com carga horária teórica inferior a 20% (vinte por cento) do total.

A carga horária total do curso em AAC práticas inseridas na Rede de Atenção Primária do SUS (960 horas, no 2º, 3º, 4º, 7º, 8º e 11º p) é maior do que a carga horária total em AAC práticas de Urgência e Emergência (705 horas, 1º, 8º, 11º e 12º p). Os docentes da FM/UFMG com especialidade em Medicina de Família e Comunidade estão alocados nas AAC práticas na Rede de Atenção Primária do SUS.

O encargo didático docente é diferente nas diferentes AAC do ciclo de estágios. O Estatuto da UFMG, estabelece em seu Art. 49, que são atribuições da Câmara Departamental: planejar e supervisionar a execução

das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Departamento, bem como avaliar os planos de trabalho individuais dos docentes a ele vinculados e atribuir-lhes encargos. O quadro 4 apresenta as AAC do ciclo de estágio em que o encargo didático docente corresponde a 100% da carga horária da AAC, ou seja, o docente está com a turma de estudantes durante toda a atividade, e aquelas em que esse encargo didático é variável e menor do que a carga horária do estudante. Para lidar com situações diferentes, porém com critérios isonômicos, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) elaborou parâmetros de referência, incorporados ao Regulamento do curso:

I - A função de orientação do estágio é realizada sempre pelo docente designado pelo Departamento e segue o programa e plano de ensino definidos pela coordenação do Estágio.

II - A função de preceptoria pode ser exercida pelo docente orientador, por outros docentes inseridos em projetos de extensão ou por profissionais do serviço, observando a alocação didática da Câmara Departamental.

III - No 9º período, no Estágio em Clínica Médica e no Estágio em Clínica Pediátrica, o professor atua simultaneamente como orientador e preceptor, sendo responsável pelo acompanhamento e avaliação dos estudantes e pela assistência médica aos pacientes. Os professores permanecem por toda a manhã nas enfermarias e compartilham a orientação de estudantes e residentes.

IV - No 10º período, no Estágio em Clínica Cirúrgica e no Estágio em Ginecologia e Obstetrícia, a situação é variável. Há docentes que atuam apenas como orientador, outros apenas como preceptor (tendo outros vínculos assistenciais com o serviço de saúde) e outros que realizam as duas funções.

V - No 11º e 12º períodos, no Estágio em Saúde Coletiva e nos Estágios em Urgência e Emergência I e II, quando o estudante está com maior autonomia, o docente responsável pela turma de estudantes atua apenas como orientador. A preceptoria é exercida por profissionais vinculados aos serviços.

Quadro 4 – Conjunto de atividades acadêmicas curriculares obrigatórias que compõem o ciclo dos estágios (9º ao 12º período) e respectivo encargo didático docente.

Atividades Acadêmicas Curriculares Obrigatórias	Carga Horária (horas)	Encargo Didático Docente por Turma (horas)
Atenção secundária em Dermatologia	45	45
Atenção secundária em Neurologia	45	45
Propedêutica contextualizada I: Clínica Médica	30	30
Propedêutica contextualizada II: Clínica Pediátrica	30	30
Estágio em Clínica Médica	270	120
Estágio em Clínica Pediátrica	270	120

Interconsulta psiquiátrica I: Clínica Médica	30	30
Interconsulta psiquiátrica II: Pediatria	30	30
Atenção secundária em Reumatologia	45	45
Atenção secundária em Ortopedia	45	45
Propedêutica contextualizada III: Ginecologia e Obstetrícia	30	30
Propedêutica contextualizada IV: Clínica Cirúrgica	30	30
Estágio em Ginecologia e Obstetrícia	270	90
Estágio em Clínica Cirúrgica	270	90
Atenção secundária em Oftalmologia	45	45
Atenção secundária em Otorrinolaringologia	45	45
Estágio em Urgência e Emergência I	390	130
Gestão do sistema de saúde	30	30
Estágio em Saúde Coletiva	330	110
Estágio em Urgência e Emergência II	270	90
TOTAL	**2.550**	

A Faculdade de Medicina da UFMG tem convênios com vários cenários públicos e privados para estágios curriculares não obrigatórios. As parcerias são regidas pela Lei de Estágios. Os termos de compromisso, planos de trabalho e as minutas da contratação, bem como as contrapartidas, são construídos pelos coordenadores dos estágios, com a participação do colegiado do curso. O acompanhamento, avaliação é realizada pelo docente orientador. Os estágios não obrigatórios também se organizam na lógica do treinamento em serviço com os profissionais da instituição (supervisores), sendo que um professor o coordenador, responsável pela organização, plano de trabalho e processo de avaliação da aprendizagem, e os demais professores os orientadores presentes nos cenários de prática.

Todos os estágios seguem a Lei 11.788/2008 e a Resolução CEPE n°02/2009, de 10 de março de 2009, que regulamenta o Estágio em cursos de Graduação da UFMG.

2.5 Formação em Extensão Universitária

Em atendimento a Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, o CEPE aprovou a Resolução no 10/2019 sobre Integralização da Extensão. De acordo com o PNE, os cursos de educação superior no Brasil devem integralizar 10% de sua carga horária como atividades de extensão.

A Extensão Universitária é a relação dialógica e transformadora entre Universidade e Sociedade, alcançada por meio de processo educativo, cultural e científico que articula e estabelece a troca de saberes, tendo como consequência a produção e a democratização do conhecimento. Além de propiciar este processo dialético

de teoria/prática, a Extensão é fundamentalmente um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social, com a participação ativa dos estudantes e da comunidade.

A Formação em Extensão Universitária é o conjunto de atividades acadêmicas curriculares que permite a integralização de carga horária nos percursos curriculares dos cursos de graduação por meio da participação dos estudantes em atividades de extensão universitária, conforme as normas e diretrizes vigentes.

Diversas atividades curriculares do Curso de Medicina têm caráter extensionista, pela característica de inserção na rede SUS, com interação dialógica com gestores dos serviços de saúde, profissionais e membros da comunidade. Para cumprimento da exigência legal de integralização de 10% em extensão (735 horas), foi especificado um conjunto de atividades, sendo 645 horas em AAC obrigatórias do Núcleo Específico e, no mínimo, 90 horas por meio de AAC de registro a posteriori.

Conjunto de atividades:

1. Iniciação a Atenção Primária à Saúde II - IAPS 2 (Obrigatória, CHT=60H) - a AAC ocorre no 3° período com ações de extensão voltadas para a promoção da saúde no contexto de unidades básicas de saúde e seu entorno, buscando compreender os determinantes do processo de saúde-doença.
2. Estágio em Saúde Coletiva - Internato rural (Obrigatória, CHT=330H): ocorre no 11º período e atende plenamente ao disposto na Resolução 10/2019, art. 5º, parágrafo 5: *Em casos excepcionais, a integralização curricular da Formação em Extensão Universitária poderá ocorrer por meio de atividades acadêmicas curriculares do tipo estágio, desde que haja previsão de intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas e demonstração de sua pertinência nos termos desta Resolução e demais diretrizes e normas referentes a Estágio Curricular e Extensão Universitária.*
3. Extensão em Saúde e Medicina (Obrigatória, CHT=255h): ocorre no 12º período, serão incluídos e/ou elaborados programas ou projetos de extensão com imersão em serviços de saúde com atenção integral à saúde em cenários ambulatoriais, hospitalares ou outros com atividades de extensão articuladas com outros setores da sociedade, especialmente o sistema de saúde e a rede de Atenção Secundária, em conformidade com as diretrizes da extensão universitária.
4. Atividades Acadêmicas Complementares, subgrupo de optativas G2, de registro a posteriori, que integralizam extensão:
    a. Programa de Iniciação à Extensão A – Optativa, 90 h
    b. Programa de Iniciação à Extensão B – Optativa, 90 h

Os Programas de Iniciação à Extensão A e B consistem em ações de extensão do tipo Programa ou Projeto, coordenadas por docentes, aprovadas pelos Departamentos e Congregação e registradas no SIEX, com temáticas diversas. O estudante deve integralizar pelo menos 6 créditos (90 horas) como "Programa de Iniciação à Extensão A", sendo esta condição obrigatória para integralizar o curso de Medicina. Considera-se que 90 horas compreendem o tempo de dedicação a um projeto ou programa de extensão por um período letivo. No percurso padrão, caso seja de interesse do estudante participar por mais um período de um programa ou projeto de extensão, ele irá integralizar mais 90 horas como Programa de Iniciação a Extensão B, totalizando 180 horas. O Programa de Iniciação a Extensão B poderá ser a continuidade do trabalho no mesmo projeto/programa iniciado

no Programa de Iniciação à Extensão A ou em um outro programa/projeto de extensão diferente. A proposta de ter dois Programas de Iniciação à Extensão, A e B, se justifica devido à existência de projetos/programas que demandam longitudinalidade, com mais tempo para serem planejados, desenvolvidos e finalizados. Possibilitar dois períodos letivos de participação em Programas de Iniciação à Extensão, atribuindo 90 horas por período, é importante para a formação do estudante e para que os resultados da ação de extensão sejam alcançados.

No quadro 5 está explicitada a Formação em Extensão do Curso de Medicina da UFMG

Quadro 5 – Formação em Extensão do Curso de Medicina da UFMG

Atividade Acadêmica Curricular	Tipo	Carga Horária	Natureza	Período	Forma de Acesso	Ementa
Iniciação à Atenção Primária à Saúde II	DIG	60	OB	3º	Matrícula prévia	Desenvolvimento de atividades com os princípios da extensão na Atenção Primária à Saúde. Compreensão dos determinantes do processo de saúde-doença, da promoção da saúde e da prevenção de agravos.
Estágio em Saúde Coletiva	ETG	330	OB	11º	Matrícula prévia	Experimentação da integração ensino/serviço/comunidade, com articulação entre ensino e extensão. Organização do processo de trabalho em saúde com base nos princípios do SUS. Compreensão dos processos de territorialização, planejamento e programação situacional em saúde. Políticas de Saúde: SUS, gestão, políticas e sistemas suplementares de saúde. Educação ambiental.
Extensão em Saúde e Medicina	PJG	255	OB	12º	Matrícula prévia	Projeto de Extensão em saúde, integrando atividades clínicas-assistenciais em diversas áreas da medicina com atividades de extensão voltadas para a interação dialógica com outros setores, profissionais e sociedade.
Programa de Iniciação à Extensão A	PGG	90	OP	-	Registro a posteriori	Programa ou projeto de extensão orientado por docente, aprovado no Departamento, registrado no SIEX, em temáticas diversas na área da saúde e afins.
Programa de Iniciação à Extensão B	PGG	90	OP	-	Registro a posteriori	Programa ou projeto de extensão orientado por docente, aprovado no Departamento, registrado no SIEX, em temáticas diversas na área da saúde e afins.
CH total	**MIN**	**735h**	**10%**			
	MAX	**825h**	**11,3%**			

2.6 Percursos Curriculares

A estrutura curricular do Curso de Graduação em Medicina da UFMG é constituída por dois percursos curriculares:

Percurso I (PI) - Núcleo Específico da Medicina/ Núcleo Geral/ Núcleo Avançado.

Percurso II (PII) - Núcleo Específico da Medicina/ Núcleo Complementar /Núcleo Avançado.

O percurso curricular padrão do Curso de Graduação em Medicina da UFMG é o PI - Núcleo Específico da Medicina/Núcleo Geral/ /Núcleo Avançado. O estudante pode solicitar a mudança de percurso curricular entre o 2º e 8º períodos, conforme o Regulamento do Curso.

A carga horária em AAC obrigatórias do Núcleo Específico é fixa, 6.870 horas, sendo 2.550 no ciclo de estágios. Para integralizar a carga horária total, 7.290 horas, o estudante deve integralizar 420 horas em outras AAC de livre escolha, de acordo com o percurso escolhido.

No percurso I (padrão), o estudante deve cursar o mínimo de: 60 horas em AAC optativas do curso (subgrupo de optativas G1), 90 horas em Programa de Iniciação à Extensão A (subgrupo de optativas G2), 60 horas como outras AACp (subgrupo de optativas G3) e 60h de AAC do Núcleo Geral. Para completar as 420 horas de carga horária flexível e integralizar o curso (7.290 horas), ele deve escolher mais 150 horas em AAC do grupo de optativas G1, G2 ou G3 do NE ou realizar AAC do Núcleo Avançado.

No percurso II (alternativo), o estudante deve cursar o mínimo de 90 horas em Programa de Iniciação à Extensão A (subgrupo de optativas G2) e 300 horas em AAC do Núcleo Complementar. Para completar as 420 horas de carga horária flexível e integralizar o curso (7.290 horas), ele deve escolher mais 30 horas em AAC do grupo de optativas G1 ou G3 do NE ou realizar AAC do Núcleo Avançado.

Quadro 6 - Percursos Curriculares para o Curso de Graduação em Medicina da UFMG.

Percurso Curricular	Tempo Padrão em semestres	Carga Horária (horas) p/ Matrícula por semestre		CH Total (horas)
		Mín.	Máx.	
MED./NÚCLEO GERAL/NÚCLEO AVANÇADO	12	375	945	7290
MED./NÚCLEO COMPLEMENTAR/NÚCLEO AVANÇADO	12	375	945	7290

Percurso 1 – Padrão: MED./NÚCLEO GERAL/NÚCLEO AVANÇADO

CARGA HORÁRIA	NÚCLEO ESPECIFICO OBRIGATÓRIAS	NÚCLEO ESPECIFICO OPTATIVAS			NUCLEO AVANÇADO (G4)	NÚCLEO GERAL	TOTAL
		G1 (Opt)	G2 (Ext)	G3 (AACp)			
MÍNIMA	**6.870 h**	60 h	90 h	60 h	0 h	**60 h**	**7.290 h**
MÁXIMA		210 h	180 h	210 h	150 h		
		360 h					

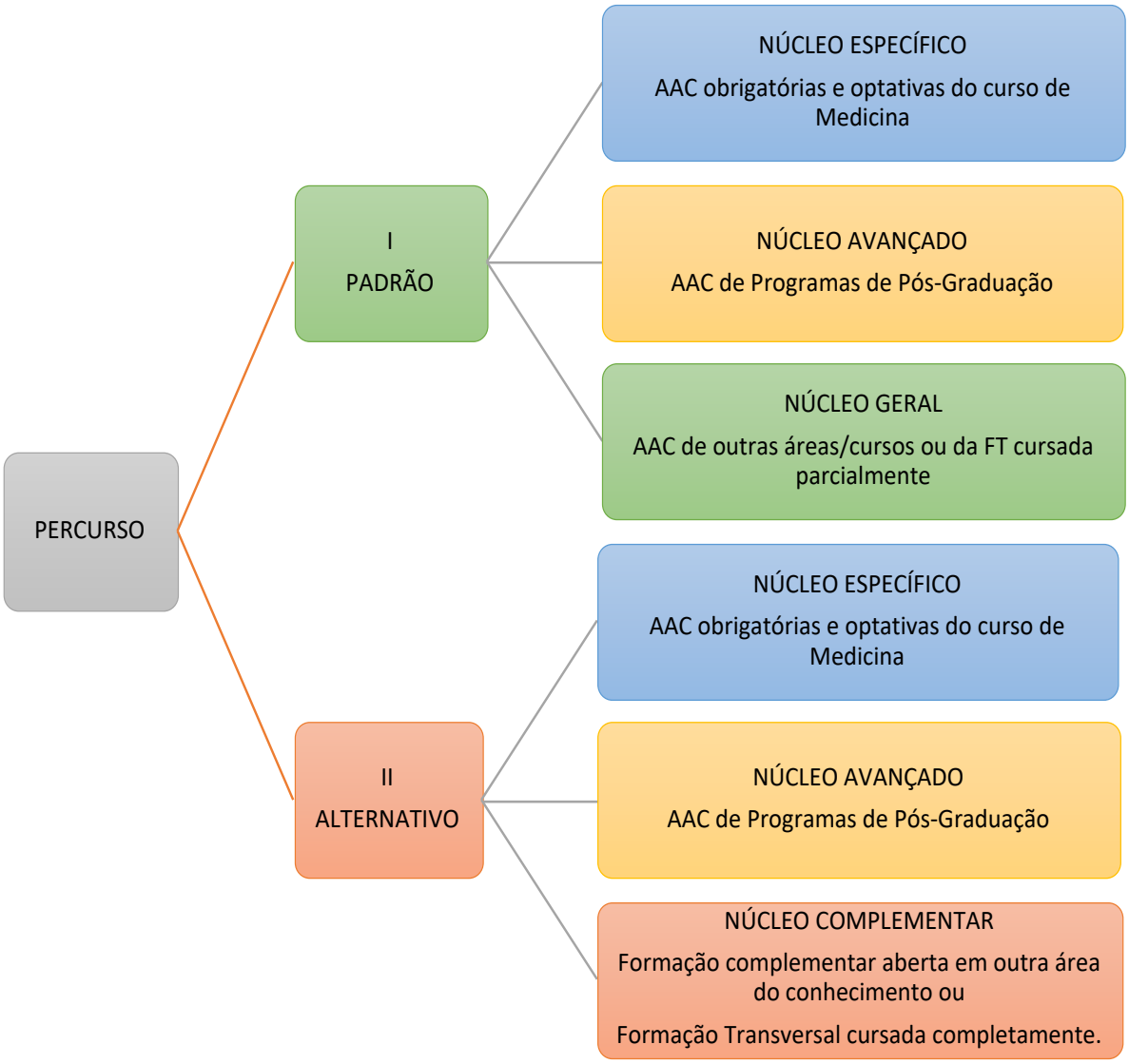
Percurso 2 – Alternativo: MED./NÚCLEO COMPLEMENTAR/NÚCLEO AVANÇADO

CARGA HORÁRIA	NÚCLEO ESPECIFICO OBRIGATÓRIAS	NÚCLEO ESPECIFICO OPTATIVAS			NUCLEO AVANÇADO (G4)	NÚCLEO COMPLEMENTAR	TOTAL
		G1 (Opt)	G2 (Ext)	G3 (AACp)			
MÍNIMA	6.870 h	0 h	90 h	0 h	0 h	300 h	**7.290 h**
MÁXIMA		30 h	90 h	30 h	30 h		
		120 h					

Exemplos de Trajetórias do Estudante

Percurso	Estudante	Obrig.	Opt G1	Opt G2	Opt G3	Núcleo Avançado	Núcleo Geral	Núcleo Comp.	CH Total
1	A	6.870	120	90	120	30	60	-	7290
1	B	6.870	90	90	120	60	60	-	7290
1	C	6.870	60	180	90	30	60	-	7290
1	D	6.870	60	180	60	60	60	-	7290
CH Total:		6.870	360				60	-	7290
2	E	6.870	30	90	0	0	-	300	7290
2	F	6.870	0	90	30	0	-	300	7290
2	G	6.870	0	90	0	30	-	300	7290
CH Total:		6.870	120				-	300	7290

Figura 1 – Percursos Curriculares



2.7 Representação do Currículo

A matriz curricular do Curso de Graduação em Medicina possui as características descritas a seguir:

Características	Percurso Padrão PI - Medicina/Núcleo Geral/Núcleo Avançado	Percurso alternativo PII - Medicina/Núcleo Complementar /Núcleo Avançado
Tempo padrão de integralização:	12 semestres	12 semestres
Carga horária total:	7.290 h (486 créditos)	7.290 h (486 créditos)
Obrigatórias:	4.320 horas (288 créditos)	4.320 horas (288 créditos)
Optativas:	360 horas (24 créditos)	120 horas (8 créditos)
Núcleo Avançado:	0 a 150 h (0 a 10 créditos)	0 a 30 h (0 a 2 créditos)
Núcleo Geral:	60 horas (4 créditos)	-
Núcleo Complementar:	-	300 horas (20 créditos)
Estágio Supervisionado (Lei. 11.788):	2.550 horas (170 créditos)	2.550 horas (170 créditos)
Número de créditos mínimo por semestre:	25 créditos	25 créditos
Um crédito equivale a 15 horas de aula ou de outra atividade acadêmica		

Figura 2 - Representação Gráfica do Núcleo Específico – AAC obrigatórias (PI e PII)

EIXOS			
BASES MORFOLÓGICAS	PESQUISA E GESTÃO DE DADOS	PROPEDÊUTICA	INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO (SEMIOLOGIA, ATENÇÃO PRIMÁRIA, SECUNDÁRIA E HOSPITALAR)
BASES FUNCIONAIS E AMBIENTAIS	BASES HUMANÍSTICAS	URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	

CICLO PRÉ-CLÍNICO			CICLO CLÍNICO AMBULATORIAL
1o período	2o período	3o período	4o período
GENÉTICA	IMUNOLOGIA MÉDICA	BIOQUÍMICA II	FARMACOLOGIA MÉDICA II
BIOQUÍMICA I	BIOFÍSICA E FISIOLOGIA	FARMACOLOGIA MÉDICA I	PATOLOGIA GERAL
ANATOMIA SISTÊMICA	NEUROANATOMIA MÉDICA	FISIOLOGIA MÉDICA	ANATOMIA E IMAGEM
BIOLOGIA CELULAR	HISTOFISIOLOGIA DOS SISTEMAS	MICROBIOLOGIA MÉDICA	INTROD. PESQUISA CIENTÍFICA II
EMBRIOLOGIA MÉDICA		PARASITOLOGIA MÉDICA	
INTROD. PESQUISA CIENTÍFICA I	INICIAÇÃO À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE I	INICIAÇÃO À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE II	INICIAÇÃO À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE III
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À SAÚDE	BASES HUMANÍSTICAS E INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA		CLÍNICA MÉDICA I
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR E PRIMEIROS SOCORROS	TUTORIA		PEDIATRIA I

CICLO CLÍNICO AMBULATORIAL			
5o período	6o período	7o período	8o período
ANATOMIA PATOLÓGICA I	ANATOMIA PATOLÓGICA II		SUPORTE DE VIDA EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
IMAGEM I	IMAGEM II		
PATOLOGIA CLÍNICA I	PATOLOGIA CLÍNICA II		
CLÍNICA MÉDICA II	CLÍNICA MÉDICA III	CLÍNICA MÉDICA IV	CLÍNICA MÉDICA V
PEDIATRIA II	PEDIATRIA III	PEDIATRIA IV	PEDIATRIA V
CIRURGIA I	CIRURGIA II	CIRURGIA III	CIRURGIA IV
SEMIOLOGIA E NOSOLOGIA PSIQUIÁTRICA	GINECOLOGIA BÁSICA	OBSTETRÍCIA BÁSICA	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA MULHER
		SAÚDE DO TRABALHADOR	PSIQUIATRIA NA APS
EPIDEMIOLOGIA	CONFERÊNCIAS ÉTICA E BIOÉTICA	ÉTICA MÉDICA	MEDICINA LEGAL
		PSICOLOGIA MÉDICA	POLÍTICA DE SAÚDE E PLANEJAMENTO

CICLO ESTÁGIOS			
9o período	10o período	11o período	12o período
ESTÁGIO EM CLÍNICA MÉDICA	ESTÁGIO EM CLÍNICA CIRÚRGICA	ESTÁGIO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA I	ESTÁGIO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA II
INTERCONSULTA PSIQUIÁTRICA I: CLM	PROPEDÊUTICA CONTEXTUALIZADA IV: CIR	GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE	EXTENSÃO EM SAÚDE E MEDICINA
PROPEDÊUTICA CONTEXTUALIZADA I: CLM	ESTÁGIO EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA	ESTÁGIO EM SAÚDE COLETIVA	
ESTÁGIO EM CLÍNICA PEDIÁTRICA	PROPEDÊUTICA CONTEXTUALIZADA III: GOB		
INTERCONSULTA PSIQUIÁTRICA II: PED	ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM REUMATOLOGIA		
PROPEDÊUTICA CONTEXTUALIZADA II: PED	ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM ORTOPEDIA		
ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM DERMATOLOGIA	ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM OFTALMOLOGIA		
ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM NEUROLOGIA	ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM OTORRINOLARINGOLOGIA		

Quadro 7 – Integralização de AAC optativas, Núcleo Geral e Núcleo Complementar (PI e PII)

Período	Percurso I		Percurso II		CH total período
	Optativas (CH)	Núcleo Geral(CH)	Optativas (CH)	Núcleo Complementar (CH)	
1	0	0	0	0	420h
2	30h	0	30h	0	465h
3	0	60h	0	60h	510h
4	90h	0	90h	0	570h
5	60h	0	0	60h	570h
6	60h	0	0	60h	660h
7	60h	0	0	60h	645h
8	60h	0	0	60h	645h
9	0	0	0	0	750h
10	0	0	0	0	780h
11	0	0	0	0	750h
12	0	0	0	0	525h
CH Total	**360h**	**60h**	**120h**	**300h**	**7.290h**

Quadro 8 - Atividades Acadêmicas Curriculares Optativas do Curso e do Núcleo Avançado

Atividades Acadêmicas Curriculares Optativas
ORTOPEDIA
REUMATOLOGIA
TÓPICOS EM ORTOPEDIA A
TÓPICOS EM ORTOPEDIA B
TÓPICOS EM ORTOPEDIA C
TÓPICOS EM ORTOPEDIA D
TÓPICOS EM REUMATOLOGIA A
TÓPICOS EM REUMATOLOGIA B
TÓPICOS EM REUMATOLOGIA C
TÓPICOS EM REUMATOLOGIA D
MEDICINA LEGAL E DEONTOLOGIA MÉDICA II
TÓPICOS EM ANATOMIA PATOLÓGICA A
TÓPICOS EM ANATOMIA PATOLÓGICA B
TÓPICOS EM ANATOMIA PATOLÓGICA C
TÓPICOS EM ANATOMIA PATOLÓGICA D
PATOLOGIA DAS DOENÇAS BACTERIANAS
PATOLOGIA DAS DOENÇAS FÚNGICAS

PATOLOGIA DAS DOENÇAS VIRAIS
PATOLOGIA DAS DOENÇAS PARASITÁRIAS
TÓPICOS EM ECOLOGIA E SAÚDE
ANESTESIOLOGIA
UROLOGIA
ANATOMIA CIRÚRGICA
COLOPROCTOLOGIA
NEUROCIRURGIA
TÓPICOS EM CIRURGIA A
TÓPICOS EM CIRURGIA B
TÓPICOS EM CIRURGIA C
TÓPICOS EM CIRURGIA D
CIRURGIA PEDIÁTRICA
CIRURGIA CARDIOVASCULAR
ABDÔMEM AGUDO NÃO TRAUMÁTICO
CIRURGIA VASCULAR
ESTÁGIO DE SUTURA
DERMATOLOGIA
ONCOLOGIA
ENDOCRINOLOGIA DO ADULTO
CURSO BAS.INTERP.ELETROCARD. REPOUSO
ARTE ENSINO APRENDIZAGEM EM MEDICINA
LOGOSOFIA E HUMANIZAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE
TÓPICOS EM CLÍNICA MÉDICA A
TÓPICOS EM CLÍNICA MÉDICA B
TÓPICOS EM CLÍNICA MÉDICA C
TÓPICOS EM CLÍNICA MÉDICA D
TOXICOLOGIA BÁSICA
ESTÁGIO EM TOXICOLOGIA CLÍNICA
GERIATRIA
MASTOLOGIA
TÓPICOS EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA A
TÓPICOS EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA B
TÓPICOS EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA C
TÓPICOS EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA D
GESTAÇÃO DE ALTO RISCO
INFORMAÇÃO E DECISÃO EM SAÚDE

MEDICINA FETAL
MINDFULNESS E GESTÃO DO ESTRESSE
BASES ECOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
IMAGEM III
MEDICINA NUCLEAR
TÓPICOS EM ANATOMIA E IMAGEM A
TÓPICOS EM ANATOMIA E IMAGEM B
TÓPICOS EM ANATOMIA E IMAGEM C
TÓPICOS EM ANATOMIA E IMAGEM D
FUNDAMENTOS DE LIBRAS
DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS
GASTROENTEROLOGIA
HEMATOLOGIA
NEUROLOGIA
PNEUMOLOGIA
TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS
HISTÓRIA DA MEDICINA
ESTÁGIO CURRICULAR
NEFROLOGIA
CARDIOLOGIA
ATIVIDADES ACADÊMICAS CULTURAIS E ESPORTIVAS A
ATIVIDADES ACADÊMICAS CULTURAIS E ESPORTIVAS B
ATIVIDADES ACADÊMICAS ESPECIAIS A
ATIVIDADES ACADÊMICAS ESPECIAIS B
ATIVIDADES ACADÊMICAS ESPECIAIS C
ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A
ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO B
PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA A
PROGRAMA DE INICIAÇÃO À PESQUISA A
PROGRAMA DE INICIAÇÃO À PESQUISA B
PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA B
PROGRAMA DE INICIAÇÃO À EXTENSÃO A
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS A
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS B
PARTICIPAÇÃO EM LIGA ACADÊMICA A
PARTICIPAÇÃO EM LIGA ACADÊMICA B
PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE ESTUDOS A

PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE ESTUDOS B
COORDENAÇÃO ESTUDANTIL EM LIGA ACADÊMICA OU GRUPO DE ESTUDO
PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA
PUBLICAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO A
PUBLICAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO B
PUBLICAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO C
REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL A
REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL B
TERAPÊUTICA CLÍNICA I
TERAPÊUTICA CLÍNICA II
TERAPÊUTICA CLÍNICA III
TERAPÊUTICA CLÍNICA IV
PROGRAMA DE INICIAÇÃO A EXTENSÃO B
ENDOSCOPIA DO SISTEMA DIGESTIVO
INFORMÁTICA MÉDICA
TÓPICOS EAD EM MEDICINA A
TÓPICOS EAD EM MEDICINA B
TÓPICOS EAD EM MEDICINA C
TÓPICOS EAD EM MEDICINA D
TÓPICOS ESPECIAIS A
TÓPICOS ESPECIAIS B
TÓPICOS ESPECIAIS C
TÓPICOS ESPECIAIS D
TÓPICOS AVANÇADOS I
TÓPICOS AVANÇADOS II
TÓPICOS AVANÇADOS III
TÓPICOS AVANÇADOS IV
TUTORIA B
SOCIOLOGIA MÉDICA
TÉCNICA PESQ.BIBL.PLANEJ.TRAB.CIENTÍFICO
FUNDAMENTOS PENSAM.CIENTIF.SABER MÉDICO
ÉTICA E DIREITO MÉDICO
ECONOMIA DA SAÚDE
TÓPICOS EM SAÚDE COLETIVA A
TÓPICOS EM SAÚDE COLETIVA B
TÓPICOS EM SAÚDE COLETIVA C
TÓPICOS EM SAÚDE COLETIVA D

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
PHYSICIANS HEALTH AND MEDICAL PROFESSION
OTORRINOLARINGOLOGIA
OFTALMOLOGIA
TÓPICOS EM OFTALMOLOGIA A
TÓPICOS EM OFTALMOLOGIA B
TÓPICOS EM OFTALMOLOGIA C
TÓPICOS EM OFTALMOLOGIA D
TUMORES DOS ANEXOS OCULARES
URGÊNCIA EM OTORRINOLARINGOLOGIA
TÓPICOS EM OTORRINOLARINGOLOGIA A
TÓPICOS EM OTORRINOLARINGOLOGIA B
TÓPICOS EM OTORRINOLARINGOLOGIA C
TÓPICOS EM OTORRINOLARINGOLOGIA D
DOENÇAS DA RETINA E VÍTREO
INFECÇÕES INTRAOCULARES
OTONEUROLOGIA
OTORRINOLARINGOLOGIA PEDIÁTRICA
EDUCAÇÃO E SAÚDE EM CRECHES
ENDOCRINOLOGIA PEDIÁTRICA
MEDICINA DO ADOLESCENTE
PNEUMOLOGIA PEDIÁTRICA
NEFROLOGIA PEDIÁTRICA
CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA
TÓPICOS EM PEDIATRIA A
TÓPICOS EM PEDIATRIA B
TÓPICOS EM PEDIATRIA C
TÓPICOS EM PEDIATRIA D
GASTROENTEROLOGIA PEDIÁTRICA
HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA
NEUROLOGIA PEDIÁTRICA
PATOLOGIA CLÍNICA III
TÓPICOS EM PROPEDÊUTICA COMPLEMENTAR A
TÓPICOS EM PROPEDÊUTICA COMPLEMENTAR B
TÓPICOS EM PROPEDÊUTICA COMPLEMENTAR C
TÓPICOS EM PROPEDÊUTICA COMPLEMENTAR D
COLETA DE SANGUE VENOSO PERIFÉRICO

HEMOTERAPIA
MEDICINA DO SONO
TÓPICOS EM PSIQUIATRIA A
TÓPICOS EM PSIQUIATRIA B
TÓPICOS EM PSIQUIATRIA C
TÓPICOS EM PSIQUIATRIA D
FARMACOLOGIA DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL
CIÊNCIA COGNITIVA E APRENDIZAGEM ESCOLAR
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Atividades acadêmicas curriculares que atendem às exigências legais

No quadro 9 estão listadas as AAC que atendem às exigências legais: educação para as relações étnico-raciais, educação ambiental e direitos humanos. O tema educação ambiental é abordado de maneira transversal ao longo de todo o curso, conforme definido pela Resolução CNE/CP nº 02/2012.

Quadro 9 – Relação das Atividades Acadêmicas Curriculares que atendem às exigências legais

Parâmetro Legal	Conteúdo	Atividade Acadêmica	Carga Horária	Natureza
Decreto Nº 5626/2005	Libras	Fundamentos de Libras	60	OP
Resolução CNE/CP Nº 01/2012	Direitos Humanos	Conferências de Ética e Bioética	15	OB
		Ciências sociais aplicadas à saúde	45	OB
		Ética médica	30	OB
		Tutoria	15	OB
Resolução CNE/CP Nº 01/2004	Educação para as Relações Étnico-raciais	Conferências de Ética e Bioética	15	OB
		Tutoria	15	OB
		Bases humanísticas e introdução à psicologia médica	15	OB
		Psicologia Médica	30	OB
		Pediatria 1	90	OB
		Clínica Médica I	75	OB
		Ginecologia Básica	75	OB
Resolução CNE/CP Nº 02/2012	Educação ambiental	Tutoria	15	OB
		Estágio em saúde coletiva	330	OB
		Bases ecológicas para o desenvolvimento sustentável	30	OP

2.8 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

Avaliação é um processo de emissão de juízo consciente de valor, envolvendo uma ação ética, reflexiva, dialógica para o delineamento de ação educacional a serviço da melhoria do aprendizado. Precisa ser concebida de modo integral e é parte constitutiva dos processos educativos e, portanto, deve utilizar instrumentos diversos, para identificar avanços e dificuldades tanto na aprendizagem como no próprio processo de ensino.

A avaliação envolve compromisso com a formação e o aprimoramento do processo pedagógico para promover o desenvolvimento moral e cognitivo dos estudantes, reconhecendo que estudantes aprendem em ritmos diferentes e necessitam ter diversas oportunidades com o apoio docente e da instituição para concluírem seu desenvolvimento. A análise dos resultados obtidos pelos estudantes permite ao professor inferir sobre o esforço dos alunos, a dedicação e a criatividade despendidos na trajetória acadêmica.

2.8.1 Acompanhamento e Avaliação

A avaliação deve basear-se na aferição de competências essenciais desenvolvidas durante o curso tendo como referência as Diretrizes Curriculares, e ajustadas pela comunidade acadêmica, respeitando a especificidade do curso médico da UFMG. Além disso, deve contribuir para o crescimento pessoal e profissional do aluno, bem como o aprimoramento do próprio processo educacional. Nesse sentido, o *profissionalismo,* compreendido como uma virtude acadêmica e não somente como um conjunto esperado de comportamento, deve ser avaliado em todas as atividades que incluem contato com pessoas. Os estudantes devem aprender a refletir sobre seu profissionalismo durante sua formação e aprender com o exemplo dos supervisores/professores.

A formação em Medicina e, por consequência a avaliação orientada por competências ao contemplar uma abordagem integradora e ampliada deve integrar seus múltiplos elementos, ou seja, atributos, tarefas essenciais, diferentes contextos e critérios de excelência. Para isso, deve-se combinar diferentes instrumentos e múltiplas observações com registros sistemáticos.

O processo de avaliação da Faculdade de Medicina da UFMG inspira-se em Perrenoud (1999) que identifica duas lógicas na avaliação: formativa e somativa. A lógica formativa compreende a regulação dos processos de aprendizagem para tomada de decisão e seu caráter formativo é representado pelas oportunidades de recuperação por meio da elaboração de um plano a partir das dificuldades apresentadas pelo estudante e observadas no processo ensino-aprendizagem. A lógica somativa considera as aquisições do estudante para decidir por sua progressão ou não para etapas subsequentes do programa de ensino.

Desse modo, os docentes devem observar continuamente o desempenho dos estudantes, reconhecer as dificuldades que interferem na aprendizagem, proporcionar *feedback* (devolutiva) e pactuar estratégias educacionais diferenciadas para a superação das fragilidades. Apesar do elevado número de alunos matriculados semestralmente no curso médico, sua divisão em turmas menores, especialmente, em atividades clínicas, facilita a supervisão docente e o retorno imediato ao aluno para a oportuna correção de eventuais fragilidades.

Avaliação certificativa ou somativa é aquela aplicada ao final de disciplinas, períodos, estágios ou em momentos definidos do programa para verificar o domínio e o grau de alcance, pelos estudantes, das competências essenciais previamente estabelecidas. Tem por finalidade averiguar a aprendizagem ocorrida para a tomada de decisão sobre a progressão do estudante no curso ou para sua certificação final. Para isso, é organizado um momento específico para a avaliação cognitiva, com a aplicação de prova teórica elaborada pelos docentes da disciplina, como forma de garantir a homogeneidade de conceitos teóricos básicos entre os alunos de diferentes subturmas. O desempenho nas atividades práticas, o desenvolvimento de habilidades e atitudes são cotidianamente avaliados pelos professores nos pequenos grupos. Enquanto esta avaliação final única possibilita melhor sistematização de análise do conhecimento teórico e sua aplicação em situações problema.

O processo de avaliação do estudante no curso de Medicina está em constante aprimoramento, na perspectiva de que avaliações adequadas contribuem para o crescimento pessoal e profissional do educando bem como na melhoria do próprio processo educacional, além de assegurar que a instituição está formando médicos dotados dos atributos essenciais para uma atuação profissional de qualidade.

2.8.2 Atividades Integradoras

As atividades integradoras têm como objetivo o desenvolvimento e a avaliação de competências transversais, como habilidades de comunicação, gestão do conhecimento, trabalho em equipe, tomada de decisão, gestão de conflitos, entre outros.

A coordenação dos períodos, juntamente com os coordenadores das disciplinas e membros do Núcleo de Educação se reúnem periodicamente durante o semestre para a definição dos temas a serem abordados e seleção das metodologias de trabalho, assim como os critérios utilizados em sua avaliação. O trabalho em equipe é base norteadora da atividade em todos os períodos, mas características específicas das demandas de competências em cada momento do ciclo são levadas em consideração para a definição dos objetivos específicos.

A atividade integradora, a ser realizada do primeiro ao oitavo período, é especialmente planejada em dois momentos do curso médico, no sexto e oitavo.

Sexto período

A atividade integrada busca verificar o desenvolvimento do pensamento crítico e construção inicial do raciocínio integrando conteúdos de Fisiologia, Fisiopatologia e das Semiologias, além da contribuição da Epidemiologia e propedêuticas, trabalhando com grandes síndromes clínicas e cirúrgicas e ampliando o processo de realização de diagnóstico diferencial. O desenvolvimento de habilidades de comunicação é enfatizado, entre os colegas e com os pacientes e suas famílias no momento da orientação aos chamados hábitos saudáveis de promoção de saúde e prevenção de doenças, aprimorando maneiras de falar e escutar. A atividade construída coletivamente pelos professores do período contribui para a integração docente e para a identificação

de fragilidades e das potencialidades num processo de autoavaliação do aluno, mediada pelo professor, antes do sétimo período, quando é esperada maior autonomia no cuidado ambulatorial.

Oitavo período

Desde 2020 foi introduzida, ao final do oitavo período, uma atividade integradora avaliativa de caráter prático, formativa e somativa, que veio de encontro à necessidade de inclusão de avaliação de habilidades clínicas antes do ciclo de internatos. Definiu-se pela estratégia do TOSCE (*Team Observed Structured Clinical Encounter)*. Os casos clínicos utilizados nos encontros são construídos conjuntamente pelos professores das disciplinas, que se reúnem periodicamente, o que oportuniza a discussão de demandas e necessidades de ajustes nos Programas. Os alunos em equipes de 4-5 alunos devem discutir a situação problema e tomar decisões num trabalho colaborativo, avaliado por dois docentes de diferentes disciplinas, que no final fornecem realizam uma devolutiva, reforçando pontos essenciais na abordagem da situação proposta.

2.8.3 Atividades profissionais confiáveis - APCs/EPAs

O currículo baseado em competências demanda a elaboração de uma Matriz de competências essenciais, passíveis de observação e assim, podendo ser medidas e avaliadas. Enquanto a competência é um atributo pessoal do profissional ou do aprendiz, a EPA é uma atividade profissional que pode ser confiada ao profissional ou aprendiz para realização, uma vez que ele demonstre as competências necessárias para realizá-la.

As APCs idealizadas por Cate (2005) fazem a ponte entre o conceito de formação por competências e a prática diária em atenção à saúde. As APCs requerem diversas competências do estudante que devem ser aplicadas de forma integrada e somente podem ser delegadas aos estudantes quando estes são considerados prontos para realizá-las (Cate, 2019).

Nesse sentido, o Programa de Desenvolvimento Docente da FM/UFMG vem oferecendo cursos de capacitação para a elaboração de atividades profissionais confiáveis e apoio pedagógico aos departamentos.
A decisão de delegar responsabilidades ao estudante, ou seja, permitir o exercício de uma atividade quando há um nível de confiança do docente em relação à capacidade do aluno no cuidado clínico dos pacientes, vem mudar um paradigma no processo avaliativo, colocando a avaliação como responsabilidade ética do professor. Para evitar riscos de subjetividade, essa atribuição deve ser referendada por múltiplos observadores e observações. Com isso, o curso deve identificar as atividades práticas que todos os alunos devem ter a oportunidade de fazer durante seu percurso acadêmico e que precisam ser certificadas pelos docentes atestando sua aquisição, seu desenvolvimento progressivo e o alcance, no final do curso, do nível de autonomia 3 – prática sob supervisão indireta.

2.8.4 Avaliação dos Estágios Curriculares

A avaliação ao final de cada estágio deve ser contínua, formativa e certificativa, incluindo o desempenho profissional, mediante análise contínua dos seguintes aspectos: comportamento ético;

relacionamento com a equipe de trabalho e com o paciente; interesse pelas atividades; responsabilidade; receptividade à crítica; iniciativa e pontualidade. O estudante deve conhecer e cumprir as normas do local de estágio e atuar com compromisso nas atividades práticas assistenciais, dentro do princípio da responsabilidade ética que o futuro profissional deve ter para com o paciente.

Todos os alunos são submetidos a avaliação teórica com questões abertas e fechadas de casos clínicos, que não pode exceder a 40% dos pontos distribuídos. A avaliação sistematizada da prática supervisionada (observação direta) individual e da equipe de trabalho analisa as atividades executadas na rotina diária de assistência e nos plantões, com feedback imediato. No curso de Medicina, desde dezembro de 2008, os alunos realizam o OSCE (Objective Structured Clinical Examination), como avaliação individual prática no final de cada estágio, exceto os alunos do Estágio em Saúde Coletiva, que testa as habilidades e atitudes dos alunos e permite mais um momento de aprendizado. Envolve manequins e/ou atores, interpretação de exames, habilidades de comunicação e tomada de decisão, simulando situações reais da prática diária. A avaliação do Estágio em Saúde Coletiva inclui a análise inicial dos dados do município, buscando identificar e priorizar demandas e necessidades. Observação direta do atendimento à saúde individual e coletiva da população. Elaboração e apresentação das atividades desenvolvidas, no formato de pôster ou vídeo, incluindo a autoavaliação do estudante.

2.9 Avaliação do Curso

2.9.1 Avaliação Institucional

A UFMG conta com uma Diretoria de Avaliação Institucional, vinculada ao Gabinete do Reitor, que é responsável pela avaliação interna dos cursos de graduação e pela coordenação e assessoramento aos Colegiados de Curso nos processos relacionados com a aplicação do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudantes de Graduação (Enade).

Competem a essa Diretoria outros procedimentos relacionados com a Graduação, como a coleta das informações para o Censo da Educação Superior, os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimentos dos cursos de Graduação, o acompanhamento das visitas das comissões de avaliação externa dos cursos e a coordenação e o suporte administrativo para a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A Lei 10.861, que instituiu o SINAES, determina que a autoavaliação institucional deve ser conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída "*por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos*". A CPA deve ter *"atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior"*.

A CPA promove a autoavaliação dos cursos e analisa relatórios anuais do NDE de cada curso. A avaliação dos professores e das AACs/atividades dos cursos de graduação consiste na aplicação a todos os

alunos de um questionário, preenchido, via Internet, no Portal MinhaUFMG, sendo o acesso liberado sempre por ocasião da matrícula para o semestre seguinte. Os resultados dessas avaliações estão disponíveis para a comunidade acadêmica no MinhaUFMG.

Embora cientes das limitações do Enade enquanto instrumento para avaliação dos cursos, os dados gerados, tanto no que se refere à prova quanto à opinião dos estudantes, podem ser úteis para orientar as ações pedagógicas e administrativas, contribuindo para uma reflexão com vistas à melhoria da qualidade do ensino de graduação. Essa reflexão deve ser interna ao curso, pois somente quem participa sabe dizer onde estão os problemas e como resolvê-los e, externa, pois as soluções e propostas dependem do diálogo e do compartilhar experiências entre os diversos setores da UFMG.

A Pró-Reitoria de Graduação disponibiliza para todos os cursos da UFMG um relatório do desempenho acadêmico dos estudantes que permite identificar as AACs em que os alunos apresentam maior dificuldade, assim como analisar as taxas de evasão e retenção em cada curso. Esse relatório será continuamente atualizado, sendo possível acompanhar o efeito de mudanças instituídas.

2.9.2 Avaliação Interna do Curso de Medicina da UFMG

A avaliação interna ou autoavaliação do Curso é compreendida como parte do processo de ensino/aprendizagem, uma forma contínua de acompanhamento de todas as atividades que envolvem o curso. Dentro desse princípio, a avaliação deve abarcar todos os agentes envolvidos nos diferentes serviços e funções que dão suporte ao processo de formação profissional, sendo elemento central da Instituição.

A avaliação do curso permite que a Instituição disponha de evidências empíricas não apenas de suas debilidades, mas também de suas potencialidades e de suas realizações. Conhecendo os elementos que integram e interagem no curso, é possível fazer ajustes na direção de formar profissionais engajados e comprometidos com uma sociedade em constante mudança.

Desde 1975, o curso de medicina organiza seminários de avaliação periódicos para discussão de sua política e estratégias de ensino.

O acompanhamento e a avaliação do projeto pedagógico do Curso são feitos permanentemente pelo Colegiado e NDE do Curso de Medicina para identificação de fragilidades e implementação de ajustes necessários para garantir a qualidade da formação.

O NDE, Núcleo Docente Estruturante, do curso de Medicina da UFMG, iniciou seus trabalhos em 2014, ano de implementação da última versão curricular. Docentes com diferentes perfis compõem o NDE e alguns são membros desde sua criação. Os membros do NDE precisam ter uma visão global do curso, estar atualizados em conceitos de Educação Médica e apresentar compromisso com a qualidade do ensino e com o aprimoramento contínuo da formação do estudante. Com finalidade consultiva, o trabalho do NDE consiste no acompanhamento e avaliação permanentes do curso, buscando o diálogo com estudantes e coordenadores de AACs, períodos e núcleos do Centro de Educação em Saúde. As análises e reflexões do NDE são consolidadas em propostas e encaminhadas ao Colegiado para discussão e votação. Essa construção coletiva foi essencial para nortear a

adaptação à situação pandêmica nos diferentes momentos de ensino remoto e híbrido emergenciais e para possibilitar o retorno seguro das atividades práticas assistenciais e laboratoriais, garantindo que estudantes pudessem concluir o curso com mínimo atraso.

Em 2017, houve avaliação externa do MEC (Sinaes) e o curso foi muito bem avaliado: Dimensão 1: Organização Didático-pedagógica – nota 4.4; Dimensão 2: Corpo Docente – nota 4,9; Dimensão 3: Infraestrutura – nota 4,8 e Conceito Final com nota máxima 5. Em 2018, a avaliação do SAEME confirmou que o projeto pedagógico está adequado às demandas da nossa sociedade e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nesse contexto, o NDE elaborou o presente projeto pedagógico do curso (PPC) e a revisão da estrutura curricular, em atendimento às exigências externas, da UFMG e do MEC, e de necessidades internas, percebidos no processo de autoavaliação contínua desde a implementação da versão curricular de 2014. Trata-se de ajustes orientados pela observação do que funcionou bem e o que precisa melhorar e não implica mudanças conceituais significativas. O NDE compreende que o mais importante para a melhoria do ensino e aprendizagem em nossa faculdade: é investir nos programas das atividades curriculares, na coordenação de atividades e dos períodos, no aprimoramento e inovação das estratégias pedagógicas e no desenvolvimento docente.

Em cada Departamento, existe uma Comissão de Coordenação Didática, composta pelos chefes e subchefes de departamento e coordenadores de AAC que avaliam continuamente os planos de ensino das AACs, assim como as avaliações do processo de ensino-aprendizagem, em consonância com o PPC. As Comissões de Coordenação Didática dos departamentos atuam como parceiras no processo de institucionalização de procedimentos regulares de autoavaliação do curso, com coordenação geral do Colegiado do Curso, responsável pela incorporação dos resultados no planejamento de ações de melhoria do curso.

Os resultados da avaliação trienal feita pelo Sinaes- Inep/MEC é discutida em reuniões do NDE e do Colegiado, para serem feitos os ajustes necessários nos programas das AACs e na infraestrutura.

Os Departamentos realizam ainda seminários, encontros e oficinas periódicas para aprimoramento dos métodos de ensino e avaliação, assim como para reflexão sobre a prática e elaboração de políticas.

Os professores apresentam anualmente um Relatório de Atividades, abrangendo ensino, pesquisa, extensão e administração, que é submetido à avaliação da Câmara Departamental e aprovado ou aprovado com recomendações de mudanças no Plano de trabalho ou reprovado. A progressão na carreira docente depende da aprovação do relatório anual. A avaliação do professor realizada pelos alunos no sistema de matrícula também é considerada na avaliação de desempenho docente.

Em 2012, foi constituído o Núcleo de Educação Médica, composto por professores e estudantes, com os objetivos de identificar, analisar e propor medidas para aprimorar as estratégias educacionais utilizadas no curso de graduação e promover a capacitação docente na área.

O curso de Medicina da UFMG, portanto, é avaliado continuamente, com diferentes abordagens, incluindo toda a comunidade acadêmica e a avaliação externa (SINAES e SAEME). O melhor exemplo de como a autoavaliação resulta em alterações é o processo da reforma curricular, descrita no item “Breve Histórico”. As

mudanças implementadas são o resultado de um processo contínuo, dinâmico e complexo de busca pelo aprimoramento.

2.10 Políticas e Programas de Pesquisa e Extensão e Inclusão

2.10.1 Políticas e Programas de Extensão

No âmbito da UFMG

A UFMG tem ocupado espaço importante na produção do conhecimento científico, artístico e tecnológico e no compartilhamento social deste conhecimento. Com base no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a instituição tem garantido a articulação política de suas ações com excelência, relevância e legitimidade social segundo a resolução do CEPE/UFMG nº08/2020, de 5 de novembro de 2020.

A Extensão iniciou na UFMG, informalmente em 1930, com a realização de conferências, e em 1932 é institucionalizada. Nessa época, as atividades de extensão eram reguladas pelo Conselho de Extensão da UFMG que era órgão integrante da Coordenação de Ensino e Pesquisa. Em 1969, foi criada a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (PROEX) com o objetivo de articular e coordenar as atividades de extensão universitária, apoiando programas, projetos, atividades e publicações.

A extensão se constitui em política institucional deliberada de estabelecer vínculos estreitos com a sociedade. Essa política se estrutura por meio de ações que têm por finalidade aprofundar as relações de democratização do saber científico, artístico e tecnológico, difundindo socialmente o conhecimento acadêmico, reconhecendo os saberes populares e de senso comum, aprendendo com a comunidade e produzindo novos conhecimentos. É um movimento denominado por muitos como de 'mão dupla' entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

Nessa dinâmica, a extensão busca construir ações indutoras do desenvolvimento social em diferentes âmbitos e espaços. As suas diretrizes se caracterizam pela interdisciplinaridade e pela indissociabilidade entre ensino, investigação e extensão, favorecendo um permanente processo de mobilização interna da instituição, o diálogo e a participação dos diferentes órgãos que a compõem.

Nesse contexto, a extensão ocupa lugar acadêmico privilegiado na estruturação das políticas universitárias, porque é ela que confere relevância e pertinência à produção do conhecimento e cria a importância social da própria Universidade. Por meio das ações de extensão e pela forma como aborda as questões e desafios postos pela sociedade é que a Universidade se diferencia das demais instituições sociais.

Por meio dos programas e projetos de extensão, a Universidade é desafiada permanentemente a buscar respostas às perguntas e problemas que lhe são apresentados e que se tornam novos objetos de investigação científica. Diante de tudo isso, a UFMG vive um momento privilegiado da extensão universitária, onde os princípios da extensão estão profundamente articulados com os princípios da própria instituição e com as metas do seu projeto de desenvolvimento acadêmico.

Para isso, o edital de Fomento de Bolsas para Programas e Projetos de Extensão (PBEXT) UFMG, visa, por meio da concessão de bolsas acadêmicas, estimular a participação dos discentes nos programas/projetos/cursos de extensão, buscando contribuir para a sua formação acadêmica e estimular o seu espírito crítico, bem como sua atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior. Destinado a estudantes que atuam em ações de extensão universitária, o PBEXT oferece bolsas a graduandos de vários cursos da UFMG. Oferece duas modalidades: PBEXT, destinada a estudantes de graduação participantes de programas, projetos e cursos de extensão, e PBEXT Ação Afirmativa, a estudantes que ingressaram na UFMG pelo sistema de cotas e/ou classificados(as) socioeconomicamente no nível I, II ou III pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), estudantes mães com criança cursando o Ensino Infantil ou Fundamental na rede pública de ensino, estudantes travestis e transexuais, estudantes com deficiência, estudantes indígenas e quilombolas, estudantes refugiados(as).

A avaliação das ações de extensão é objeto de discussão no Relatório da CPA, onde são listados e quantificados os programas, projetos, eventos e prestações de serviço.

A resolução CNE/CES 07, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e definiu que a estrutura curricular de cada curso de graduação deverá prever a integralização do percentual mínimo de 10% (dez por cento) da sua carga horária total por meio da Formação em Extensão Universitária. Por sua vez, a resolução nº 10/2019, de 10 de outubro de 2019 do CEPE/UFMG estabeleceu diretrizes para a integralização de atividades acadêmicas curriculares de Formação em Extensão Universitária (FEU) nos cursos de graduação no âmbito da UFMG. A FEU no curso de medicina está descrita no item 2.5.

No âmbito da Faculdade de Medicina

A Faculdade de Medicina se destaca na UFMG como a unidade com o maior número de ações de extensão, demonstrando sua vocação extensionista, com foco no fortalecimento da relação com o Sistema Único de Saúde. As ações de Extensão estão acessíveis à consulta pública pelo Sistema de Informação da Extensão da UFMG (https://sistemas.ufmg.br/siex/)

NUPAD

O Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico (NUPAD) é órgão complementar da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 1993, foi criado com o objetivo de implantar, na época, o Programa de Triagem Neonatal de Minas Gerais (PTN-MG) pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG). É cadastrado como Serviço de Referência em Triagem Neonatal (SRTN) do estado de Minas Gerais pelo Ministério da Saúde. O NUPAD realiza atividades de extensão, pesquisa e ensino, com destaque na área da saúde da criança e da mulher, especialmente por meio de procedimentos e técnicas em triagem neonatal, triagem pré-natal e genética. Também desenvolve projetos com foco em ações de assistência integral à saúde e organização em rede de serviços, tendo como princípios a Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS).

NESCON

O Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON) é um órgão complementar da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem por finalidade contribuir para o processo de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) no país – e o faz sobretudo por meio da qualificação de trabalhadores da rede; desenvolvimento de pesquisa aplicada; bem como prestação de serviços de assessoria e consultoria a instituições diversas. Orientado à multidisciplinaridade, o Núcleo envolve constantemente em suas iniciativas profissionais, professores, estudantes e pesquisadores vinculados ao SUS, à UFMG, entre outras organizações inseridas nos mais variados campos do conhecimento. A história do órgão - que já soma 32 anos – remonta ao início do processo de redemocratização do País, que culminou na criação do atual modelo de atenção à saúde brasileiro – concebido dentro de uma perspectiva equânime, democrática e universal. A trajetória do NESCON foi contada na publicação Nescon 25 anos: qualidade e pertinência.

Centro de Extensão da Faculdade de Medicina (CENEX)

O CENEX auxilia no planejamento e na execução de ações de Extensão, supervisiona e avalia o registro no Sistema de Extensão da UFMG (SIEX), apoia as atividades de divulgação e emite certificados das ações de Extensão.

Em 2022, havia 23 programas de extensão, 212 projetos, 94 cursos, 76 eventos e 32 prestações de serviço ativos registrados no SIEX UFMG tendo a Faculdade de Medicina como proponente e outras 176 ações de extensão propostas por outras unidades da UFMG com a participação de professores e/ou alunos da Faculdade de Medicina. As ações de extensão da FM têm como parceiros o Hospital das Clínicas, outras unidades como Odontologia, Enfermagem, Psicologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Faculdade de Educação, Veterinária, Instituto de Ciências Biológicas, Faculdade de Música, Faculdade de Ciências Humanas, Ciência da Informação, Direito, Letras, Geociências demonstrando a ampla interdisciplinaridade das ações extensionistas da Faculdade de Medicina.

Durante a pandemia do COVID-19, 46 ações de extensão foram iniciadas incluindo cursos com abrangência local, regional e nacional demonstrando a capacidade de resposta da comunidade acadêmica à sociedade e aos serviços de saúde. A experiência extensionista da Faculdade, aliada ao expressivo número de ações, possibilita ampla oportunidade de formação acadêmica, profissional e cidadã aos discentes.

2.10.2 Políticas e Programas de Pesquisa

Centro de Pesquisa

O Centro de Pesquisa (CPq) da Faculdade de Medicina foi criado pela Resolução 02/83, de sete de outubro de 1983, na gestão do Prof. Tancredo Alves Furtado. O principal motivo para a criação de um "Centro de Pesquisa", no âmbito da Faculdade, foi a necessidade de se ter um órgão que promovesse e estimulasse as atividades de pesquisa nos diversos departamentos dela.

Ao CPq/FM cabe, ainda, a função de assessorar a Diretoria da Faculdade em atividades ligadas à investigação científica, devendo, para isto, manter um cadastro atualizado das pesquisas realizadas na unidade. Compete, ainda, ao CPq/FM fornecer informações e formulários a estudantes interessados em atividades de iniciação científica, colaborar com a Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade na organização de eventos institucionais de iniciação científica, entre outros. Tem crescido a inserção dos estudantes de graduação nas pesquisas desenvolvidas em programas de iniciação científica.

A iniciação científica é regulamentada pela Pró-Reitoria de Pesquisa através das Normas e Procedimentos Gerais para os Programas de Iniciação Científica e Bolsas de Apoio Científico (Aprovado pela Câmara de Pesquisa em 11/03/2022). Atualmente contamos com os seguintes programas para os alunos de graduação: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica: Bolsas de Iniciação Cientifica – PIBIC, PIBIC nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF) e Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) – do Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq), e Bolsas de Iniciação Cientifica (PROBIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG); Programa Institucional de Auxilio à Pesquisa de Docentes Recém-contratados pela UFMG; Programa de Iniciação Cientifica Voluntaria – ICV – Prep./UFMG e Bolsas de Apoio Cientifico – Prep./UFMG.

Para estimular o desenvolvimento e a colaboração em atividades de pesquisa, o CPq se dedica a promover a integração, organização e divulgação dos trabalhos realizados na Faculdade de Medicina da UFMG. O CPq é responsável pela organização da Semana de Iniciação Científica na Faculdade de Medicina da UFMG. Esse evento anual é promovido pela UFMG e faz parte de um evento maior intitulado “Semana do Conhecimento”. Este evento tem como objetivo promover a divulgação da pesquisa e aprimorar as atividades do aluno de comunicação e síntese em um ambiente multiprofissional. A transversalidade também é um objetivo importante do evento. Além disso, o CPq é responsável por administrar o Núcleo de Experimentação Animal, o Centro de Excelência em Imagem Molecular e o Laboratório Multiuso.

A produção científica da Faculdade conta com dezenas de laboratórios e com o financiamento de importantes parceiros nacionais e internacionais, como FAPEMIG, Finep, Capes e CNPq, além da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG.

Núcleo de Experimentação Animal da Faculdade de Medicina

Até recentemente, a Faculdade de Medicina não dispunha de um biotério em condições adequadas para alojamento e cuidado aos animais de experimentação. A partir de janeiro de 2008, foi iniciado um processo de reforma do setor no sentido de atender às exigências e normas para realização de experimentação animal. Os recursos utilizados foram constituídos em parte da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e em parte da própria Faculdade de Medicina. Com o apoio da Direção, foi feito um projeto adequado às recomendações básicas de biossegurança para biotérios e às necessidades dos pesquisadores que já atuavam no setor. A seguir, o projeto foi submetido à apreciação e posterior aprovação pelo Setor de Vigilância Sanitária de Minas Gerais. A reforma foi concluída em agosto de 2010. O regimento do setor foi reformulado e foram elaboradas novas normas de funcionamento. O biotério passou, então, a ser designado Núcleo de Experimentação Animal, e o

regimento proposto foi aprovado pela Congregação da Faculdade de Medicina em abril de 2010. Atualmente, o Núcleo de Experimentação Animal está localizado em prédio anexo à Faculdade de Medicina da UFMG, possuindo condições e instalações adequadas para experimentação animal. O setor conta com três funcionários técnico-administrativos e visa oferecer aos docentes e estudantes da FM/UFMG suporte para o desenvolvimento de pesquisas com animais de pequeno (ratos, camundongos, outros pequenos roedores) e médio (coelhos) porte.

Centro de Excelência em Imagem Molecular

Em 2010, com recursos oriundos do programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) do MCT/CNPq/FAPEMIG, foram adquiridos equipamentos que compõem o Centro de Excelência em Imagem Molecular do INCT de Medicina Molecular, sediado na Faculdade de Medicina. O Centro encontra-se em instalado no campus Saúde da UFMG e abriga o modelo de ponta de Tomógrafo por Emissão de Pósitrons (PET/CT) e outro sistema de PET para pesquisas pré-clínicas com pequenos animais, localizado no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), no campus Pampulha. O núcleo também conta com infraestrutura de processamento e análise de imagens para aplicações neuropsiquiátricas, oncológicas e cardiovasculares.

A PET (do inglês Pósitron Emission Tomography) é uma modalidade diagnóstica não invasiva, que usa radio fármacos para apreender e medir processos bioquímicos tissulares. Como outras técnicas de medicina nuclear, a PET demarca doença em termos de uma química regional, quantitativamente anormal. Ela mede a atividade metabólica das células corporais, permitindo a investigação da perfusão, das vias metabólicas e dos processos biomoleculares em estados normais e patológicos, que podem ser utilizados como biomarcadores. Pelo conjunto de recursos disponíveis, podemos considerar o Centro como um dos mais avançados do gênero no país, representando uma mudança de paradigma em pesquisa na Faculdade de Medicina, colocando-a entre os melhores centros de pesquisa biomédica do Brasil.

Laboratório Multiuso

Em 2006, o programa CT-infra da FINEP alocou recursos para a construção do Laboratório Multiusuário da Faculdade de Medicina, assim como para aquisição de parte dos equipamentos que comporiam essa estrutura. Em 2010, o CPq retomou o projeto inicial, adequou às condições atuais de pesquisa e iniciou a implantação do primeiro Laboratório Multiusuário da Faculdade de Medicina.

Seguindo uma tendência mundial, o laboratório Multiuso mantém equipamentos de uso comum que podem ser compartilhados por diferentes grupos de pesquisa. Este ambiente está adaptado para o trabalho conjunto. Essa estrutura conta com áreas comuns de esterilização de materiais para uso em laboratório, sala de freezers, câmara fria e área de bancada para uso comum. Este laboratório proporciona a inserção de grupos pequenos de professores recém-contratados na estrutura de pesquisa da Faculdade de Medicina da UFMG. Ele também auxilia o contato precoce do aluno de iniciação científica com a estrutura laboratorial o que propicia ao estudante uma ampliação na capacidade de atuação e transversalidade na sua prática.

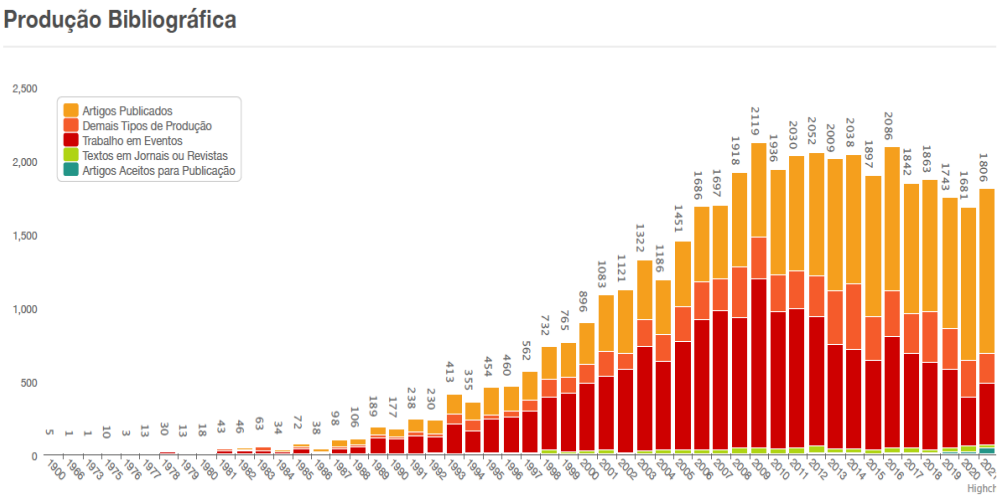
Centro de Pós-graduação

A Pós-Graduação em Medicina iniciou-se na Universidade Federal de Minas Gerais em 1969 com a criação do Curso de Oftalmologia. Em 18 de fevereiro de 1977 foi criado o Centro de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina com a finalidade de ser uma seção operacional para assuntos de pós-graduação. O CPG compreende, no âmbito da Faculdade de Medicina, os programas de pós-graduação "*stricto sensu*" e "*lato sensu*", sendo que administra oito programas nos níveis de mestrado e doutorado e um no nível de especialização. A UFMG oferece 90 Programas de Pós-Graduação que envolvem 69 cursos de Doutorado (D), 82 de Mestrado (M) e 08 de Mestrado Profissional (MP) em todas as áreas do conhecimento. No quadro 10 estão relacionados os Programas/Cursos de pós-graduação da Faculdade de Medicina da UFMG e a nota de avaliação da CAPES do quadriênio de 2013-2016. A produção científica dos professores da Faculdade de Medicina é atualizada anualmente e disponível para consulta pública no endereço: http://somos.ufmg.br/unidades_academicas/view/15.

Quadro 10 - Programas/Cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da UFMG

Programas/Cursos	Nível			Avaliação CAPES Quadriênio 2013-2016
	M	D	MP	
Ciências Aplicadas à Cirurgia e a Oftalmologia	M	D	-	4
Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto	M	D	-	5
Ciências da Saúde: Infectologia e Medicina Tropical	M	D	-	6
Ciências da Saúde: Saúde da Criança e do Adolescente	M	D	-	4
Medicina Molecular	M	D	-	6
Promoção da Saúde e Prevenção da Violência	-	-	MP	4
Saúde Pública	M	D	-	6
Saúde da Mulher	M	-	-	3

Figura 3 - Produção bibliográfica da Faculdade de Medicina da UFMG de 1900 a 2021



2.10.3 Políticas e Programas de Inclusão

No âmbito da Faculdade de Medicina

A entrada na Faculdade de Medicina pelo SiSU é uma grande conquista e permanecer no curso com característica de ser integral e com duração de 6 anos traz grandes desafios principalmente para alunos com maiores vulnerabilidades sociais e portadores de alguma deficiência.

Com objetivo de garantir condições para a permanência dos estudantes, a UFMG desenvolve políticas de ações afirmativas e assistência estudantil. O acesso a esses programas é um direito dos estudantes de graduação da UFMG em situação de vulnerabilidade econômica e risco pessoal, social e cultural.

A Universidade oferece apoio à alimentação nos restaurantes universitários, com refeições diárias, moradias universitárias, apoio pedagógico, transporte, inclusão digital, atenção às várias dimensões da saúde, auxílios emergenciais, aquisição de material acadêmico, enriquecimento cultural e expansão da formação acadêmica, lazer, esporte, acesso, inclusão, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência.

Escuta Acadêmica

A Assessoria de Escuta Acadêmica é vinculada ao Centro de Graduação e atende estudantes dos Cursos de Medicina, Fonoaudiologia e Tecnologia em Radiologia. Prioriza o acolhimento aos estudantes e às suas subjetividades, buscando uma melhor vivência no percurso acadêmico. Oferece espaço de apoio e de escuta qualificada para momentos difíceis, eventualmente vivenciados pelos estudantes. Além disso, recebe, orienta e acompanha os trancamentos de matrícula, os pedidos de Regime Especial, situações de excepcionalidade, demandas originadas por conflitos vividos no decorrer do curso, situações de adoecimento psíquico.

Núcleo de Apoio Psicopedagógico aos Estudantes da Faculdade de Medicina (NAPEM)

Criado oficialmente no ano de 2004, O NAPEM, conforme seu Regimento, “integra a estrutura organizacional da FM e constitui órgão de assessoramento da Diretoria para assuntos relativos a questões de ordem pedagógica e psicossocial que afetam individual ou coletivamente os estudantes da Faculdade de Medicina - UFMG.”

O NAPEM tem por objetivo prevenir problemas emocionais e ajudar os alunos a superar tantos problemas já existentes quanto dificuldades encontradas durante o curso. Oferece assistência ou atendimento individual ao estudante, acolhe e acompanha, em atenção primária, aqueles alunos que solicitam ajuda, esclarecimentos. Basta, para isso, que o aluno contate o NAPEM. Conta com equipe de psicólogos e psiquiatras. Mantém também um projeto educativo cultural, no formato de projeto de extensão, aberto ao público externo, que é o MedCine.

Tutoria

Ofertada no formato de AAC obrigatória para os alunos do segundo período é um programa que visa oferecer espaço para elaboração de questões suscitadas pelo curso médico.

No âmbito da UFMG

Fundação Mendes Pimentel

A Universidade Federal de Minas Gerais, dois anos após sua fundação, já contava com uma associação de apoio ao estudante. Essa associação evoluiu com a Universidade e desde 1973 se denomina Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP). A missão da FUMP é:

> *"Executar a política de assistência estudantil definida pela UFMG, garantindo ao estudante plenas condições socioeconômicas e culturais para a conclusão do curso, visando minimizar as diferenças de oportunidades anteriores ao seu ingresso na Universidade."*

A FUMP tem programas de alimentação, moradia universitária, assistência à saúde e de bolsas de apoio financeiro, que são considerados básicos. Além deles, tem programas de bolsas de acesso à informação digital, bolsas de acesso a material didático, bolsa estágio e bolsa permanência. Trabalha com classificação socioeconômica dos estudantes e as modalidades de apoio variam de acordo com esta classificação.

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é responsável e gestora do orçamento oriundo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que subsidia as ações da UFMG executadas pela Fundação Mendes Pimentel (FUMP) por meio do Programa UFMG Meu Lugar, e atendem aos critérios estabelecidos no Decreto n°. 7.234/2010.

A PRAE oferece apoio financeiro a estudantes para proposição e desenvolvimento de projetos acadêmicos, vinculados aos seus cursos de graduação, com vistas ao aperfeiçoamento de percursos formativos. No ano de 2019, foram 16 projetos com apoio financeiro e em 2021, 26 projetos em toda universidade. Os projetos acadêmicos devem ser apresentados à Chamada PRAE de Apoio, publicada no primeiro semestre de cada ano. O financiamento pode ser obtido para produções técnicas científicas e produções artísticas e culturais, que estejam articuladas a estudos, pesquisas e ações de ensino e extensão realizadas em Unidades da UFMG, recomendadas pelo Colegiado de Curso do discente, com anuência da Diretoria da Unidade.

A diretoria de assistência estudantil atua em colaboração com as instâncias que compõem o Comitê Permanente de Acompanhamento de Estudantes: Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão (CPAAI), Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC), Diretório Central dos Estudantes (DCE), Associação de Moradores das Moradias Universitárias da UFMG (AMMU), Movimento Universitário de Inclusão (MUDI), Associação de Pós-Graduandos.

Para entrar em contato com a Diretoria de Assistência Estudantil basta enviar e-mail para dir-assistenciaestudantil@prae.ufmg.br.

Diretoria de Assuntos Internacionais

A Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresenta-se como instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, a captar, implementar e acompanhar projetos e convênios interuniversitários. Entre as áreas de atuação da DRI estão: Construção de parcerias de qualidade com instituições estrangeiras; captação, implementação e acompanhamento de acordos, convênios e programas interuniversitários internacionais; gerenciamento de programas de intercâmbio acadêmico UFMG/exterior e exterior/UFMG e divulgação de oportunidades acadêmicas internacionais junto à comunidade interna e externa à UFMG.

Moradia Universitária

O Programa Permanente de Moradia Universitária foi instituído em 6 de novembro de 1997 pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Programa oferece habitação para estudantes não residentes em Belo Horizonte e Montes Claros, proporcionando sua inserção na comunidade acadêmica.

O Programa visa, também, facilitar o intercâmbio de professores, funcionários e visitantes da UFMG com outras instituições e outros povos, contribuindo para o cumprimento dos objetivos institucionais do ensino, da pesquisa e da extensão. Os serviços de internet sem fio foram reestruturados, contemplando mais de 1 mil residentes da moradia universitária.

Acessibilidade e Inclusão

Para estudantes com deficiência, o apoio da Universidade se materializa por ações do **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)**. Entre as funções do órgão, está a participação dos profissionais na banca de verificação e validação da pessoa com deficiência, produção de material didático em braile, tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e transporte acessível, por meio de carro adaptado, no campus Pampulha.

A UFMG também oferece a Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão, conjunto de atividades acadêmicas destinadas à formação crítica e reflexiva sobre o trabalho com pessoas com deficiência.

3. DA INFRAESTRUTURA

3.1 Instalações, Laboratórios e Equipamentos

A Faculdade de Medicina está instalada no campus Saúde da UFMG, em uma área de 104.000m^2 na região hospitalar do centro de Belo Horizonte, Minas Gerais. Apenas o prédio da escola ocupa 24.000m^2 de área construída. Nele e em outras edificações funcionam dezenas de salas de aulas e de laboratórios destinados ao ensino, à pesquisa e às atividades de extensão, além de serviços de apoio como biblioteca, restaurante universitário, livraria, farmácia e agências bancárias.

Além da Faculdade de Medicina, o curso conta com infraestrutura de outra unidade acadêmica, o Instituto de Ciências Biológicas, além do Centro de Atividades Didáticas I e da Biblioteca Central. Estão situados no campus Pampulha, uma área de 2.800.000 m^2.

O Instituto de Ciências Biológicas é um prédio de 48.000 m^2 que abriga laboratórios de ensino e de pesquisa, onde atuam os seus 263 professores. Abriga também o Núcleo de Educação e Comunicação, onde são realizadas pesquisas e projetos de extensão na área de educação. As aulas práticas para o curso de medicina são ministradas nos Laboratórios de Ensino do ICB, em 8 dos 10 diferentes departamentos.

O Centro de Atividades Didáticas I é o primeiro de três prédios construídos no campus Pampulha com a finalidade de serem utilizados como salas de aula. Possui uma área construída de 8.662 m^2, com 25 salas e três auditórios. É compartilhado por diferentes cursos, favorecendo a troca de experiência e a interdisciplinaridade. Abriga também o escritório do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, vinculado ao gabinete do Reitor.

Hospitais Universitários

A Universidade Federal de Minas Gerais mantém dois hospitais para a formação prática dos estudantes dos diversos cursos da área de saúde: o Hospital das Clínicas (HC), situado no campus Saúde, na região central de Belo Horizonte, e o Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves, em Venda Nova, na região norte da cidade. Os dois têm papéis complementares, divididos entre o atendimento de especialidades e de urgência.

Complexo Hospital das Clínicas

O complexo hospitalar do Hospital das Clínicas é formado pelo edifício central, o Hospital São Vicente de Paulo, inaugurado em 1928, e por sete prédios anexos para atendimento ambulatorial: Ambulatório Bias Fortes, Anexo Oswaldo Costa, Ambulatório São Vicente, Hospital Borges da Costa, Hospital São Geraldo, Centro de Treinamento e Referência em Doenças Infecciosas e Parasitárias Orestes Diniz e o novo Centro Jenny Faria de Assistência à Saúde do Idoso e da Mulher, além da Moradia dos Médicos Residentes (Anexo Maria Guimarães).

Unidade especial da UFMG, o hospital público universitário realiza atividades de ensino, pesquisa e assistência. É referência para os sistemas municipal e estadual de saúde no atendimento aos pacientes portadores de doenças de média e alta complexidade.

O HC também é reconhecido internacionalmente pelas pesquisas realizadas pelos corpos docente e discente. São mais de 450 professores, incluindo os de Fonoaudiologia, de Medicina, de Enfermagem e de outros cursos. Os estudantes da Faculdade de Medicina com atividades didáticas no HC são quase mil, além dos mais de 600 de outros cursos.

Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves

O Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves (HRTN) é administrado pela UFMG desde junho de 2006. Localizado em Venda Nova, na região norte da cidade, o Hospital está no extremo oposto da área hospitalar da capital. Com média de 12.000 atendimentos mensais, contribui significativamente para a regionalização da atenção à saúde em Belo Horizonte.

Comparado ao Hospital das Clínicas, que prioriza as especialidades, o foco do novo Hospital Universitário é a assistência de urgência e emergência traumatológica e não-traumatológica. A unidade se destaca nos atendimentos em Ortopedia, Cirurgia Geral e Clínica Médica, além de oferecer atendimento nas áreas de Pediatria, Cirurgia Plástica, Cirurgia Vascular, Neurologia, Anestesia e Maternidade. O Hospital tem 22.000m^2 de área construída e opera com 272 leitos e 6 salas cirúrgicas, onde são realizados, por mês, cerca de 400 procedimentos. O HRTN conta com cerca de 150 graduandos dos cursos de Medicina e Fonoaudiologia, além de dez estudantes da Residência Médica.

Centro de Tecnologia em Saúde

A incorporação da tecnologia ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração é uma das preocupações da Faculdade de Medicina da UFMG. O Centro de Tecnologia em Saúde (CETES) coordena as atividades do setor. Uma de suas áreas é o Laboratório de Simulação, onde, semestralmente, mais de 500 estudantes fazem uso de computadores, manequins, modelos anatômicos e equipamentos para reprodução de procedimentos como exames ginecológicos, práticas de ressuscitação cardiorrespiratória, intubação traqueal e administração de medicamentos. Entre as vantagens da simulação estão o aprendizado mais ético e seguro, sem risco de danos ao paciente, e a possibilidade de repetições de procedimentos para esclarecer dúvidas do estudante. A proposta é acrescentar ferramentas ao ensino tradicional, sem a pretensão de descartar os ganhos obtidos nos contatos interpessoais, não-simuláveis. No Núcleo de Telessaúde (NUTEL), as Tecnologias de Informação e Comunicação são utilizadas como ferramenta de qualificação dos profissionais de saúde para discussão de casos clínicos por meio de videoconferências e teleconsultorias. Também são produzidos cursos e material didático para treinamento a distância, utilizando recursos como modelagem em 3D e vídeo. A experiência pioneira, iniciada em 2003, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, contribuiu para a implantação do Programa Nacional de Telessaúde do Ministério da Saúde, em parceria, também, com a

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. O NUTEL conta, ainda, com parceiros internacionais, entre eles a União Europeia.

Desenvolvido pela Fundação Unimed e pelo Centro de Tecnologia em Saúde (CETES) da Faculdade de Medicina da UFMG, o curso Semipresencial de Extensão Diagnóstico e Manejo do Trauma proporciona aos profissionais graduados e alunos a partir do 9° período do curso de Medicina a oportunidade de atualização profissional no que se refere ao atendimento hospitalar adequado de pacientes vítimas de traumas com níveis de gravidade diversos.

Nos Internatos de Urgência em Pediatria e Clínica Médica os alunos participam de diversas estações, como: Manejo das Vias aéreas, estações com casos clínicos em manequins robotizados, Suporte Básico e Avançado de vida. As estações proporcionam casos em que os alunos possam demonstrar as habilidades já aprendidas e para que possam aprender ainda mais. Contamos com o auxílio de acadêmicos de enfermagem, monitores bolsistas, voluntários e excelentes professores.

A prova do OSCE é realizada no Laboratório de Simulação desde setembro de 2013. O objetivo é simular um atendimento médico real. Para isso, conta com a participação de voluntários, manequins e bonecos para simular pacientes e bebês. A ambientação do espaço também contribui para aproximar os alunos de situações reais. É realizado após a prova devolutiva, que desde o ano passado, faz parte do processo avaliativo da OSCE. Nesta etapa, o aluno tem um retorno sobre seus erros e acertos. Na época da prova, o Laboratório de Simulação fica reservado exclusivamente para a aplicação.

O NUTEL participa do Programa Telessaúde Brasil Redes (Ministério da Saúde), com foco na atenção primária, capacitando os profissionais de saúde no uso de tecnologias envolvendo: teleconsultoria, telediagnóstico e tele-educação.

O Centro de Informática em Saúde desde sua criação em 1992 passou por diversas fases de modernização e inovação na sua área de atuação, promovendo, gerindo, regulamentando e facilitando o uso da Tecnologia da Informação na Faculdade de Medicina, através de ações envolvendo ensino, pesquisa e extensão, aliadas ao provimento de suporte e inovação tecnológica, atuando no desenvolvimento de sistemas administrativos, na administração de laboratórios, no treinamento de usuários, no desenvolvimento de soluções de informática em saúde dentre outras atividades.

Prédio do restaurante universitário e diretório acadêmico da medicina

O edifício de dois andares com 1.333,24 m² de área total é ocupado no andar superior pelo Diretório Acadêmico Alfredo Balena (DAAB), com área de 400,47 m² e no nível térreo com 932,77 m², pelo restaurante universitário. No DAAB existem salas para serviços administrativos, de reunião, de jogos e de descanso e ainda um amplo terraço. Esse prédio situa-se em posição estratégica no Campus da Saúde, entre as duas unidades acadêmicas – Escola de Enfermagem e Faculdade de Medicina - próximo à Biblioteca.

3.2 Ambientes Administrativos e de Apoio Docente

A Faculdade de Medicina (FM) desenvolve suas principais atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) e administrativas no Campus da Saúde e tem como sede o Edifício Oscar Versiani. Estão ligados às atividades desenvolvidas pela Faculdade de Medicina outros três edifícios no Campus da Saúde: o prédio da Biblioteca J. Baeta Viana, o Prédio do Restaurante Universitário e Diretório Acadêmico (DA Medicina) e o prédio do Centro de Imagens, Biotério e Serviços Gerais do Campus. O prédio da FM possui oito pavimentos, sendo dois nos subsolos, um térreo e demais andares. A secretaria acadêmica e a Diretoria se encontram no andar térreo. Os 12 departamentos estão localizados nos andares acima.

Os ambientes administrativos, sala de professores, sala de aulas gerais e compartilhadas, laboratórios de informática, sala de OSCE, auditórios, Centro de telessaúde, biotério e centro de memórias estão discriminados de forma quantitativa no quadro 11 Cada departamento possui uma estrutura interna específica de salas, secretaria, chefia, arquivo e suporte.

Quadro 11 - Infraestrutura Básica da Faculdade de Medicina

Quantidade	Descrição
22	Secretaria acadêmica
20	Sala para Coordenação
15	Sala de reunião/ Congregação
43	Gabinete de trabalho para docentes
28	Salas de aula compartilhadas
17	Salas de aula/Laboratórios de ensino de departamentos
04	Laboratórios de Informática (106 computadores para alunos)
07	Auditórios (capacidade total - 1020 assentos)
01	Centro de Telessaúde com Estúdio para gravação de vídeo aulas
01	Centro de Memória da Medicina
01	Centro de Graduação
01	Centro de Relações Internacionais
01	Biotério de Experimentação
18	Consultórios para provas do OSCE

As atividades administrativas de suporte são coordenadas pela Assessoria Administrativa e desenvolvidas através das Secretarias dos Departamentos e do Centro de Graduação, das Seções de Gestão de Pessoas, de Contabilidade, de Compras, de Almoxarifado, de Patrimônio e de Infraestrutura (com setores de Transporte, de Manutenção, de Limpeza e de Copa).

A Faculdade de Medicina possui laboratório de informática para alunos de graduação e pós-graduação com computadores em rede e outros computadores em salas de reuniões, salas de professores e em todas as

secretarias administrativas. O Núcleo de Infraestrutura e Suporte do CINS é responsável por todo o cabeamento de rede da Faculdade de Medicina, incluindo laboratórios e terminais administrativos. Em toda a Faculdade de Medicina há acesso livre à internet. Tanto a rede cabeada quanto a rede sem fio (wifi) têm acesso exclusivamente identificado, através de login e senha do Portal Minha UFMG. O centro realiza manutenção de equipamentos de informática patrimoniados na Faculdade de Medicina a partir da abertura de chamados pelo Sistema de Suporte do CINS disponível na Intranet.

Auditório e anfiteatros

O Anfiteatro Amílcar Vianna Martins está situado no térreo da Faculdade de Medicina e possui um palco mais estruturado para apresentação de conferências, palestras e shows e dois níveis de cadeira com capacidade para 420 pessoas sentadas. Também são considerados auditório as seguintes salas com sua capacidade de pessoas sentadas:

1. Sala 146 no subsolo com 100 assentos
2. Sala 022 térreos com 100 assentos
3. Sala 138 primeiro andar com 80 assentos
4. Sala 150 com 90 assentos
5. Sala 268 segundo andar com 80 assentos
6. Sala 463 com 150 assentos.

Salas de aula

As salas de aula da Faculdade de Medicina estão distribuídas no subsolo 1, térreo e 1° ao 4° e 8° andares. A capacidade de cada sala varia de 30 a 150 alunos. Todas as salas são equipadas com carteiras estudantis, mesa com cadeira para o professor, quadro branco, equipamentos de Datashow e computador. As salas possuem janelas amplas que permitem a utilização de luz natural durante boa parte do ano. Ao todo são, conforme descrito no quadro11, são 28 salas de aula compartilhadas e 17 salas de aula/Laboratórios de ensino de departamentos.

Centro de Tecnologia Educacional em Saúde

O Centro de Tecnologia Educacional em Saúde da Faculdade de Medicina da UFMG – CETES – está localizado no 6° andar em 27 salas e tem por objetivo dar suporte ao ensino e desenvolver novas tecnologias utilizáveis na educação e na prática médica. Fazem parte de sua estrutura: o Laboratório de Simulação – LabSim, o Núcleo de Telessaúde – NUTEL e o Núcleo de Informática em Saúde – CINS. O CETES participa de projetos públicos e privados envolvendo ações de Telessaúde com atividades em telemedicina, tele enfermagem, teleodontologia e tele-educação. Possui um núcleo de produção de conteúdo didático em formato digital que utiliza recursos de modelagem em 3D, vídeos e estereoscópica. No site do CETES é possível acessar de forma rápida web palestras, teleconsultorias, cursos-online (EAD) e a revista latino-americana de telessaúde.

Laboratórios

São 35 laboratórios de pesquisa, ensino e extensão na Faculdade de Medicina, distribuídos do subsolo ao 6° andar. Dentre estes, dois são exclusivos do Curso de Fonoaudiologia, um é multiuso para pesquisa e outro é o Laboratório de Simulação, descrito no item abaixo. Do restante, um laboratório pertence ao NESCON e os outros aos departamentos da Faculdade de Medicina.

Laboratório de Simulação

O Laboratório de Simulação (LabSim) está localizado nos terceiro e sexto andares da Faculdade de Medicina e oferece uma ambientação do espaço que contribui para aproximar os alunos de situações reais. Para isso, conta com a participação de voluntários, manequins e bonecos para simular pacientes e bebês em situações fictícias. São 50 salas no 3° andar e destas, 18 são específicas para aplicação da prova do OSCE e um miniauditório com 96 lugares. No sexto andar são três salas de simulação e mais 12 salas. Os espaços das salas de simulação são amplos e cabem entre 15 e 40 alunos. Semestralmente, mais de 500 estudantes de cursos de graduação e de extensão fazem uso de computadores, manequins, modelos anatômicos e equipamentos para reprodução de procedimentos como exames ginecológicos, mecanismos de parto, práticas de ressuscitação cardiorrespiratória, intubação traqueal e administração de medicamentos.

O LabSIM participa de projetos públicos e privados e tem como objetivo criar e inovar ações envolvendo a simulação em saúde, como forma de auxiliar na aquisição de habilidades e desenvolvimento de competências de forma ética, evitando a exposição do paciente e propiciando uma melhor assistência pela capacitação prévia em ambiente simulado. Como parte de seu acervo foi adquirido por meio de financiamento do Fundo Nacional de Saúde é, também, um de seus objetivos, a capacitação de profissionais da área de saúde da rede pública para o desenvolvimento de competências e habilidades, visando melhor qualificação da assistência.

Centro de Graduação

O Centro de Graduação (Cegrad) órgão administrativo vinculado à Diretoria da Faculdade de Medicina, constituído pelos colegiados de graduação dos cursos de Medicina, Fonoaudiologia e Tecnologia em Radiologia, além das seções de Ensino, Escuta Acadêmica. O Cegrad está situado no andar térreo da Faculdade de Medicina.

Centro de pesquisa (CPq/FM)

O CPq/FM funciona no primeiro andar da Faculdade de Medicina (sala 128) e tem sua estrutura organizacional composta por: Coordenador e Subcoordenador, designados pelo Diretor da Faculdade de Medicina; Câmara Assessora, composta por coordenador e subcoordenador, por representantes docentes dos departamentos, pelo coordenador do Biotério Central da Faculdade de Medicina e por dois representantes discentes, um do curso de pós-graduação e um dos cursos de graduação da Faculdade de Medicina; Biotério Central e coordenado por docente indicado pelo CNPq/FM.

Centro de Memória

O Centro de Memória (Cememor), criado em 1977, se localiza no térreo da FM e abriga um vasto acervo de livros, documentos, quadros, esculturas e outras peças fundamentais para a preservação da história da Medicina e da saúde. O Cememor é aberto ao público e faz parte da Rede de Museus UFMG. As visitas são guiadas por historiadores.

Centro de Extensão

O Centro de Extensão, denominado Cenex/MED, faz parte da estrutura organizacional da Faculdade de Medicina e constitui órgão colegiado de gestão acadêmica e administrativa das atividades de extensão da UFMG, vinculado administrativamente à Diretoria da Unidade e articulado com a Pró-Reitoria de Extensão. As atividades de extensão são realizadas sob a forma de programas, projetos e prestação de serviços (assessorias, consultorias, cursos de iniciação, atualização e aperfeiçoamento) nas áreas técnica, científica, artística e cultural

Centro de Educação em Saúde da Faculdade de Medicina da UFMG

O Centro de Educação em Saúde (CES FM/UFMG) tem como objetivo consolidar e ampliar os espaços interdisciplinares e interdepartamentais voltados para a reflexão, a discussão, o estudo e a pesquisa em áreas fundamentais do conhecimento relacionados à educação em saúde. O CES FM/UFMG é composto por 7 núcleos:1) Educação Médica; 2) Atenção Primária à Saúde; 3) Metodologia Científica, 4) Ética e Bioética), 5). Propedêutica, 6) NAPEM- Atenção psicopedagógica ao estudante e 7) Urgência e Emergência. A criação do CES FM/UFMG foi aprovada pela Congregação em 30/11/2011.

Centro de Relações Internacionais

O Centro de Relações Internacionais da Faculdade de Medicina da UFMG (Crinter) foi criado em 17 de dezembro de 2015 com o objetivo de catalisar e impulsionar as atividades internacionais da Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão que tenham a Faculdade de Medicina da UFMG como foco.

A ampliação estruturada e estratégica da internacionalização da Faculdade de Medicina da UFMG é considerada uma importante ação pela Diretoria e pela Congregação, com significativo respaldo dos Coordenadores dos programas de Graduação e do corpo discente, em diversas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Crinter acolhe a participação proativa de toda a comunidade acadêmica da UFMG e recebe os parceiros internacionais, atuais e potenciais.

3.3 Biblioteca

As Bibliotecas Setoriais e das Unidades Especiais estão vinculadas tecnicamente à Biblioteca Universitária e são responsáveis pelo oferecimento, à comunidade universitária, de serviços e produtos de informação necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFMG, bem como de acervos específicos em suas áreas de abrangência.

O acervo bibliográfico disponível para os usuários do Sistema de Bibliotecas gira em torno de um milhão de exemplares contemplando, ainda, uma coleção de periódicos impressos de aproximadamente 18.000 exemplares e um acervo de materiais especiais – constituído de materiais audiovisuais, slides, partituras, fitas de vídeo, documentos de arquivo, fotografias etc. – de cerca de 40.000 itens.

No período da pandemia, para oferecer à comunidade condições de acesso ao ensino remoto emergencial, o Sistema de Bibliotecas adquiriu plataformas de e-books que melhor atendem aos cursos de graduação e oferecem obras preferencialmente em português.

O curso de medicina conta com a Biblioteca José Baeta Viana – setorial do campus saúde. Criada em 1926, na administração do professor Hugo F. Werneck, ocupava duas salas e possuía um acervo limitado. Foi apenas em 1935 que ganhou espaço próprio, passando por longo processo de ampliação, que em meados da década de 60, resultou no prédio tal qual o encontramos hoje, com mais de 3 mil metros quadrados, distribuídos em quatro andares. É importante destacar que esta biblioteca foi pioneira entre as bibliotecas universitárias de toda América Latina no processo de informatização dos serviços, a partir da década de 1980.

A Biblioteca do Campus Saúde conta com um dos maiores acervos do Sistema de Bibliotecas da UFMG, totalizando aproximadamente 0 mil exemplares entre livros, teses e dissertações, fascículos de periódicos impressos, entre outros materiais. O acesso pode ser consultado através do site https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php. Possibilita também o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES.

Possui atualmente mais de 25 mil usuários cadastrados, compostos por alunos de graduação, pós-graduação, residentes, servidores e prestadores de serviços pertencentes à unidade do Campus Saúde, além de atender ao público externo.

A Biblioteca José Baeta Vianna é cooperante do Centro da Rede Brasileira de Informações em Ciências da Saúde e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme), a Biblioteca é responsável pela coleta, pelo armazenamento e pelo processamento de documentação científica gerada no estado de Minas Gerais, para suprir as bases de dados da Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde – Saúde Pública (Lilacs-SP). Oferece, ainda, levantamentos, normalização e comutação bibliográfica, serviço de pesquisa bibliográfica, além de promover o treinamento de usuários, com cursos de pesquisa bibliográfica e elaboração de trabalhos científicos.

Portanto, a Biblioteca José Baeta Vianna, exerce dentro da universidade, papel fundamental, pois oferece suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão com a exatidão e a presteza que o meio acadêmico demanda e merece. Além disso, favorece a democratização da informação que contempla ciências, épocas, teorias, estilos literários, histórias e estórias, promovendo a inclusão social e funcionando, não só como fonte de pesquisa e estudo, mas também como fonte de conhecimento e fruição.

Além disso, os alunos podem acessar a plataforma UpToDate disponibilizada pela Rede Ebserh/MEC desde 2017 através do site https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/plataformas-e-tecnologias/uptodate utilizando a senha cadastrada no Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários . Essa coleção especial inclui aproximadamente 12 mil tópicos médicos, mais de 36 mil gráficos apresentados em um formato fácil de

pesquisar, quase 10 mil recomendações classificadas, tópicos com referências completas com mais de 519 mil resumos do Medline, sendo todo o conteúdo atualizado continuamente. Essa base de dados fornece também informações quanto a cálculos de doses e interações medicamentosas.

4. GESTÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1. Gestão do Curso

4.1.1. Colegiado do Curso de Graduação em Medicina

O Colegiado do Curso de Graduação em Medicina é o órgão que, na estrutura organizacional da Universidade, cuida da gestão acadêmica e administrativa do curso, sendo um elo entre alunos, professores e a universidade. Em essência, podemos afirmar que a principal função do colegiado do curso é a de orientar e coordenar todas atividades e procedimentos realizados pelos alunos no decurso de sua vida acadêmica. As atribuições do Colegiado são definidas pelo art. 54 do Estatuto da UFMG, Resolução do Conselho Universitário UFMG 04/99, de 4 de março de 1999. Como órgão colegiado, possui uma assembleia composta por representantes de cada um dos doze departamentos da Faculdade de Medicina que participam do curso, representação do Instituto de Ciências Biológicas, do Hospital das Clínicas e representação discente.

Abaixo apresentamos organogramas representativos. Na Figura 04 é apresentado o organograma da estrutura geral da Faculdade de Medicina. Na Figura 05 é apresentado o Organograma da Área Acadêmica da Faculdade de Medicina

Figura 04 - Organograma: da estrutura Geral da Faculdade de Medicina

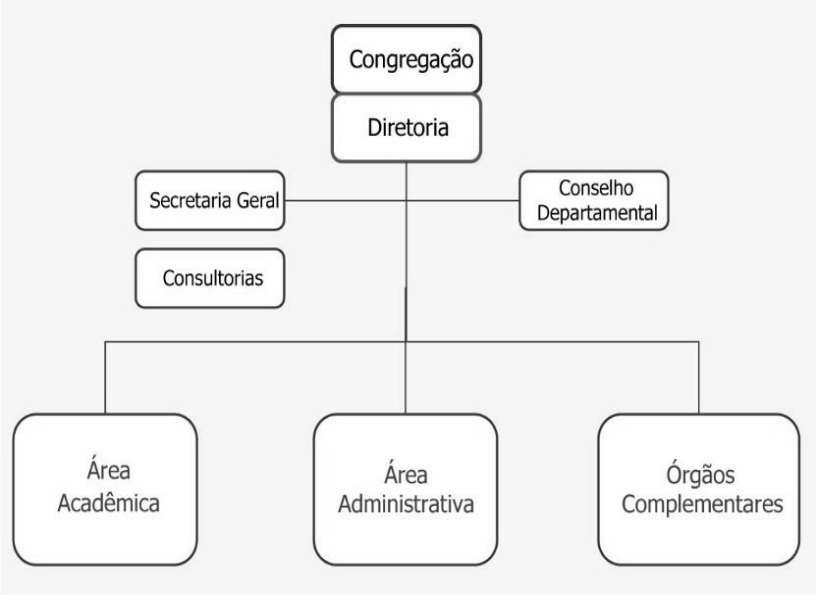
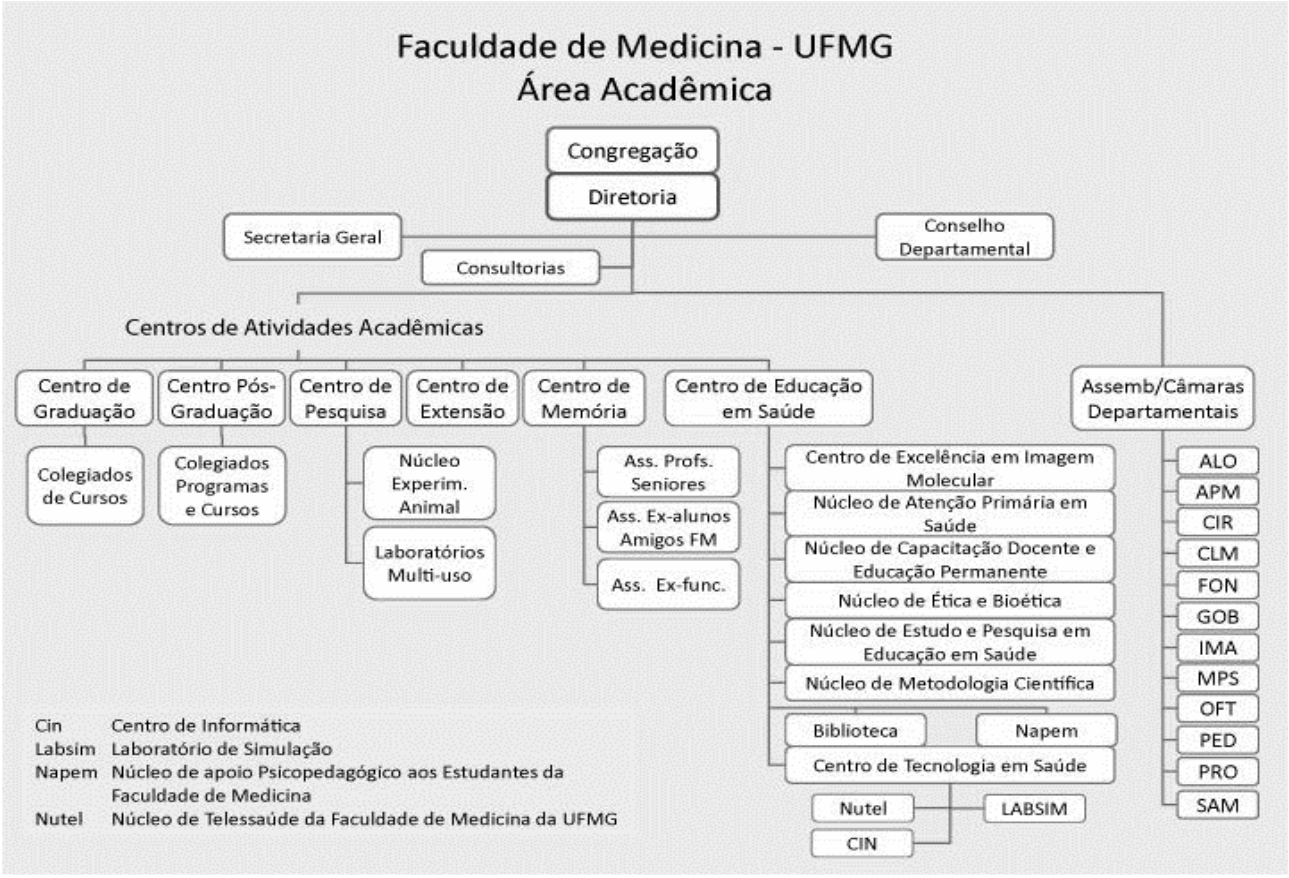


Figura 5 - Organograma da Área Acadêmica da Faculdade de Medicina



4.1.2. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi um conceito criado pela Portaria do Ministério da Educação nº 147, de 2 de fevereiro de 2007 e normatizada pela Resolução nº 01 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) 01/2010, de 17 de junho de 2017, com o objetivo de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação.

Segundo a Resolução CEPE/UFMG 10/2018, de 19 de junho de 2018, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), é uma instância de caráter consultivo, para acompanhamento do curso, visando à contínua promoção de sua qualidade.

4.2. Corpo Docente

Atualmente, 470 professores, de 16 departamentos da Faculdade de Medicina e do Instituto de Ciências Biológicas, são responsáveis por ministrar as AACs que compõem o currículo do Curso de Graduação em Medicina. 85% destes docentes têm doutorado e trabalham em regime de 40 horas, sendo 40% em regime de dedicação exclusiva.

4.3. Corpo técnico administrativo

A Faculdade de Medicina conta com um corpo de funcionários técnico-administrativos qualificados para viabilizar o funcionamento da unidade em seus três turnos. Ao todo, atualmente, são 123 técnicos administrativos efetivos e 55 colaboradores.

Projeto Pedagógico do Curso aprovado em reunião do NDE em 15/06/2023, no Colegiado do Curso de Medicina em 21/06/2023 e na Congregação em 28/06/2023. Revisado após correções da Diretoria Acadêmica em 02/02/2024.